



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO- FECAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
TURMA 2014**

FRANCISCA PEREIRA LIMA

**ENSINO DE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
UM ESTUDO A PARTIR DO PROINFO NA ESCOLA NOVA CANAÃ**

**MARABÁ- PARÁ
JULHO 2019**

FRANCISCA PEREIRA LIMA

**ENSINO DE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
UM ESTUDO A PARTIR DO PROINFO NA ESCOLA NOVA CANAÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus de Marabá, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo, com ênfase em Letras e Linguagens.

Orientadora: Prof^a Ms. Maura Pereira dos Anjos

MARABÁ - PARÁ

JULHO/2019

FRANCISCA PEREIRA LIMA

**ENSINO DE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
UM ESTUDO A PARTIR DO PROINFO NA ESCOLA NOVA CANAÃ**

Defesa pública em: 19/07/2019.

Conceito: Excelente

Prof^a Msc. Maura Pereira dos Anjos
FECAMPO/UNIFESSPA (Orientadora)

Prof^a. Msc. Maria Celia Vieira da Silva
FECAMPO/UNIFESSPA (Examinadora)

Prof^a. Msc. Edimara Ferreira Santos
FECAMPO/UNIFESSPA (Examinadora)

MARABÁ - PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Lima, Francisca Pereira

Ensino de linguagem e educação do campo: um estudo a partir do ProInfo na escola Nova Canaã / Francisca Pereira Lima ; orientadora, Maura Pereira dos Anjos. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2019.

1. Linguagem e línguas - Estudo e ensino. 2. Educação rural. 3. Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Brasil). 4. Prática de ensino. 5. Aprendizagem. 6. Educação - Efeito das inovações tecnológicas. 7. Currículos I. Anjos, Maura Pereira dos, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 407

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial, a minha mãe Teodora Pereira Lima, in memoriam, as minhas irmãs: Antonia Pereira Lima e Teresinha Ferreira da Silva, por dedicarem parte de suas vidas a minha formação social. Dedico também a meu esposo, Fábio Araújo Costa, por contribuir na permanência desse curso e expresso, através desse trabalho, minha eterna gratidão a todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me ajudar a realizar essa pesquisa e concluir a graduação.

À minha mãe, Teodora Pereira Lima, in memoriam, como um exemplo de mulher e ao meu pai biológico Valdemir Pereira Lima, ambos por terem me incentivado a prolongar meus conhecimentos através de formação profissional e acadêmica.

Às minhas irmãs, Antonia Pereira Lima e Teresinha Ferreira da Silva, pelo apoio nos momentos de dificuldades, durante a realização do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Ao meu esposo, Fábio Araújo Costa, por ter contribuído e incentivado a minha permanência na universidade.

À minha orientadora, Professora Ms. Maura Pereira dos Anjos, pela dedicação e paciência, contribuindo significativamente para a realização dessa pesquisa. Expresso a minha gratidão pelos conhecimentos que adquiri nesse período de orientação.

Aos educadores e funcionários de apoio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã, que se colocaram à disposição durante a realização dos trabalhos no Tempo Comunidade e colaboraram com o cumprimento dos trabalhos na minha ausência durante o Tempo Universidade.

Aos moradores da Comunidade Vila Limão, que foram sempre muito receptivos na realização dos diferentes trabalhos ao longo do curso e que contribuíram para a realização desse trabalho. Expresso a minha eterna gratidão!

A todos os meus colegas da Licenciatura em Educação do Campo, Turma 2014. Em especial, os que permaneceram comigo na ênfase em Letras e Linguagens, pela partilha da amizade e pela solidariedade nos momentos de dificuldades e pelos aprendizados adquiridos ao longo do curso, gratidão a todos.

RESUMO

O trabalho de pesquisa buscou compreender a implantação de um programa de informática na EMEF Nova Canaã, que vislumbrava construir uma proposta pedagógica a partir dos princípios da Educação do Campo, ao mesmo tempo, que o governo federal intervém no cotidiano da escola, implementando um programa de informática, tendo como referência outra política. Tinha como objetivo: compreender a reformulação do ProInfo na EMEF Nova Canaã, na proposta de Educação do Campo, no ensino de Linguagem. Utilizamos como referencial teórico no campo do currículo: Silva (2007) Arroyo (2013) e Goodson (2013), na Educação do Campo fundamentados em Freire (1987), Silva (2006), Molina e Hage (2015), Molina e Freitas (2012), Haddad (2012); e na área da Linguagem, a concepção de ensino e linguagem em Cagliari (1982), Freire (1989), Brito (2003), Osias (2010), Soares (2010), Geraldi (2016). A metodologia utilizada para a coleta de dados foi através de pesquisa-ação realizada a partir do ano de 2015. Analisamos os registros de observações sistematizadas das reuniões de planejamento coletivo dos educadores da escola; registro escrito e de captação de imagens das atividades do ProInfo, em especial, no ensino da área de linguagem, sob uma atividade específica que foi a elaboração do jornal da Vila Limão. Como resultado da pesquisa, consideramos que os educadores desenvolveram outra proposta de ensino, reconfigurando o programa apresentado pelo ProInfo, por compreenderem que as atividades desse programa precisavam integrar a proposta pedagógica que estava sendo desenvolvida. As realizações das aulas de informática do programa constituíram suporte para o ensino, potencializando a produção de textos, ampliando o exercício da oralidade, da leitura, da escrita e da reescrita dos educandos através da construção do jornal JAVIL, considerando que a concepção de letramento como prática social que deu suporte a proposta curricular na perspectiva de Educação do Campo, tornou o ensino significativo para todos os envolvidos nos processos de ensino aprendizagem.

Palavras- chave: ProInfo, Ensino de linguagem, Currículo e Educação do Campo.

ABSTRACT

The research aimed to understand the implementation of a computer program at EMEF Nova Canaã, which envisioned building a pedagogical proposal based on the principles of rural education, at the same time that the federal government intervenes in the daily life of the school, implementing a program. Information technology, taking as reference another policy. It aimed to: understand the reformulation of ProInfo in EMEF Nova Canaã, in the proposal of Rural Education, in the teaching of Language. We use as theoretical reference in the field of curriculum: Silva (2007) Arroyo (2013) and Goodson (2013), in Rural Education based on Freire (1987), Silva (2006), Molina and Hage (2015), Molina and Freitas (2012), Haddad (2012); and in the area of Language, the conception of teaching and language in Cagliari (1982), Freire (1989), Brito (2003), Osias (2010), Soares (2010), Geraldi (2016). The methodology used for data collection was through action research conducted from the year 2015. We analyzed the systematic observation records of the collective planning meetings of the school educators; written record and image capture of ProInfo activities, especially in the teaching of language, under a specific activity that was the elaboration of the newspaper of Vila Limão. How a result of the research, we consider that the educators developed another teaching proposal, reconfiguring the program presented by ProInfo, as they understood that the activities of this program needed to integrate the pedagogical proposal that was being developed. The achievements of the computer classes of the program provided support for teaching, enhancing the production of texts, expanding the exercise of orality, reading, writing and rewriting of students through the construction of the newspaper JAVIL, considering that the conception of literacy as The social practice that supported the curriculum proposal from the perspective of rural education made teaching meaningful to all involved in the teaching-learning process.

Keywords: ProInfo, Language Teaching, Curriculum and Field Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Margem da Vila Limão no período de inverno	13
Figura 02: Escola Nova Canaã	17
Figura 03: 12ª noite cultural	19
Figura 04: Público da 15ª noite cultural	19
Figura 05: aula do ProInfo com alunos da 4ª etapa- EJA	43
Figura 06: aula do ProInfo com alunos do 8º ano	44
Figura 07: aula do ProInfo com alunos do 8º ano.....	45
Figura 08: Jornal a Voz de Vila Limão	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A REGIÃO DE ONDE FALAMOS	6
1.1. OS PROCESSOS DE LUTA PARA CONSTITUIÇÃO DA VILA LIMÃO	10
1-2 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOVA CANAÃ	15
2 - CURRÍCULO E O ENSINO EM UMA ESCOLA DO CAMPO	22
3- PROINFO E O ENSINO DE LINGUAGEM DESENVOLVIDAS NA EMEF NOVA CANAÃ	37
4- ENSINO DE LINGUAGEM E O PROINFO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	49
4.1 – ENSINO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	49
4.2 - A ELABORAÇÃO DO JORNAL A VOZ DE VILA LIMÃO	53
4.3 – PRÁTICAS DE LETRAMENTO	57
4.4 – EXERCÍCIO DA ORALIDADE	60
4.5 – O EXERCÍCIO DA LEITURA E ESCRITA	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6- REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se em um estudo de um programa de informática que foi implantado na escola, a partir de uma política do Ministério da Educação de ampliação da informática nas escolas, e dentre elas, as escolas do campo. No entanto, a escola investigada, também estava construindo uma proposta curricular, baseada nos princípios freireanos, constituída a partir da política pública de formação de educadores da Educação do Campo, bem como da constituição de um coletivo de educadores.

Nesse trabalho de pesquisa nós fizemos o seguinte questionamento: Como foram reformuladas as aulas do ProInfo, no ensino da área da Linguagem, na escola Nova Canaã, na construção de uma proposta de Educação do Campo?

O trabalho tinha como objetivo geral: investigar a reconfiguração do ProInfo sob a perspectiva da Educação do Campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã, de modo a contribuir no ensino na área de linguagem. Os objetivos específicos foram: a) Apresentar o processo histórico de constituição da Vila Limão e EMEF Nova Canaã destacando elementos do processo de ocupação da região; b) Compreender o conceito de currículo relacionando com o ensino ofertado na EMEF Nova Canaã; c) Descrever a proposta oficial do ProInfo e a estruturação na escola Nova Canaã destacando a concepção de linguagem que estava subentendida; e d) Analisar as atividades realizadas pelo ProInfo como um instrumento no ensino de linguagem na reformulação do currículo da Educação do Campo.

Essa pesquisa constitui-se em uma continuidade do trabalho de iniciação científica no projeto: *Educação do Campo e Educação superior: uma análise das práticas contra-hegemônicas na formação de profissionais da educação e das ciências agrárias nas regiões Centro-oeste, Nordeste e Norte* pelo Observatório da Educação (OBEDUC)¹, coordenado pela Universidade de Brasília – UnB, com a Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade Federal de Sergipe - UFS e

¹ Segundo a Capes, o programa OBEDUC é resultado da parceria entre CAPES, INEP e SECADI, foi instituído pelo decreto presidencial nº 5.803 de 08 de junho de 2006 com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas em educação, que utilizem a infra-estrutura disponível das Instituições na Educação Superior – IES e as bases de dados existentes no INEP. O programa visava principalmente, proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica e estimular a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados em nível de mestrado e doutorado. Disponível em: www.capes.gov.br, acesso em 10.fev.2017.

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Nesse projeto atuei como bolsista de iniciação científica no período de 2015 a 2016, como estudante de graduação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Faculdade de Educação do Campo da Unifesspa.

Nosso plano de trabalho constituiu-se em realizar estudos sobre a implementação da proposta curricular a partir dos princípios da Educação do Campo em escolas do campo. As escolas integrantes da pesquisa foram a Escola Municipal de Ensino Fundamental Crescendo na Prática, no Assentamento Palmares em Parauapebas; a Escola de Educação Infantil Madalena Freire, no Assentamento 1º de Março, em São João do Araguaia e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã, na Vila Limão, em Jacundá – Pará.

Nesse grupo de pesquisa, realizávamos encontros mensais para estudo, debate, reflexão e acompanhamento dos planos de trabalho da pesquisa. Éramos um grupo de sete bolsistas de diferentes níveis, de iniciação científica, professores de escolas do campo e estudante do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA.

Esse estudo trata-se de uma pesquisa-ação, o método de pesquisa-ação possibilita a formação crítica e reflexiva do pesquisador. Isso se dá pelo fato de que precisa adotar dois papéis na investigação: o de participante e o de pesquisador para assim perceber através das análises situações antes não observada. Para Thiollent (2011), esse tipo de pesquisa se vincula a uma relação próxima do pesquisador com o objeto de pesquisa para a partir de observações encontrar possíveis soluções.

A esse processo, o pesquisador tem a tarefa de se distanciar do objeto de pesquisa para analisar os dados coletados e, assim, obter a realização de uma investigação que lhe traga ensino e aprendizagem mútua.

Essa investigação iniciou-se a partir do ano de 2015 na EMEF Nova Canaã, com turmas do 8º ano, 9º ano e 4ª etapa da Educação de Jovens e Adultos-EJA. E se intensificava a partir dos encontros mensais do Obeduc por meio de leituras de cunho teórico como Freire (1987), Thiollent (2011) Ghedin (2002), Silva (2006) Freitas (2014), Souza e Mendes (2012) e Caldart (2010) provocando reflexões sobre o movimento da Educação do Campo, currículo, práticas pedagógicas escolares e não escolares e que contribuíam nos debates e trocas de experiências sobre as

realizações de atividades desenvolvidas nas escolas em que eram pesquisadas por esse grupo de bolsistas.

A metodologia desse trabalho, deu-se através de pesquisa-ação para a coleta de dados a partir da participação nas reuniões de planejamento das atividades da escola, na qual foram percebidos os cuidados em inserir às aulas do ProInfo no sentido de não ser apenas um programa instalado na escola sem ligação com as outras disciplinas, mas, que fizesse parte das atividades que eram desenvolvidas regularmente, integrando-as.

Para essa pesquisa, foram realizadas também o registro por meio das observações nas aulas desenvolvidas com o ProInfo a fim de analisar todo o processo de envolvimento dos educandos dentro da sala de aula, bem como a contribuição do programa com o aprendizado ao longo do ano letivo, analisando a desenvoltura dos educandos nas atividades sugeridas, nas atividades de produção de jornal da comunidade e de outras que por ventura envolveram as aulas do ProInfo.

Posteriormente, foram organizadas sistematicamente as atividades escritas das ações pedagógicas e da catalogação do registro fotográfico que resultaram em reflexões para esse estudo.

E para complementar, nos reuníamos mensalmente para estudo e socialização dos trabalhos de pesquisa de cada membro do Observatório de Educação do Campo na Unifesspa. Os estudos tinham como temáticas o campo da formação de professores e da Educação do Campo inspirada na pedagogia freireana. Como atividade de pesquisa-ação realizávamos o planejamento e encaminhamentos das sistematizações das pesquisas das escolas que participavam nos projetos.

Como resultado da sistematização, foi publicado o livro: “Educação do Campo: pesquisa, experiências e formação”, no qual produzimos o artigo “Experiências docentes no ProInfo rural orientadas por princípios da Educação do Campo”. Essa primeira sistematização, constituiu de um esforço inicial de apresentação do nosso plano de trabalho como bolsista de iniciação científica, no entanto, percebemos a necessidade de continuidade dos estudos e aprofundar as análises do que foi produzido, do qual apresentamos como resultado esse Trabalho de Conclusão de Curso.

Nesta perspectiva, é que Freire defende uma prática educacional libertadora pensando nos sujeitos nela inseridos como os educandos e comunidade. Nesse sentido, a escola pesquisada tem o objetivo de educar para e pela vida, com o intuito de envolver os educandos em práticas e conteúdos próximos de seu cotidiano como pesquisa de fatos históricos, sociais e culturais ocorridos dentro da comunidade, havendo uma proximidade do vivenciado fora da escola consolidados com conteúdos formais atribuindo aos conhecimentos adquiridos com a pesquisa.

Este trabalho está dividido em três capítulos, assim denominados: I- A região de onde falamos: a comunidade Vila Limão; II- Currículo e o ensino em uma escola do campo; III- ProInfo e o ensino desenvolvido na EMEF Nova Canaã; e IV- Ensino de linguagem e o ProInfo numa perspectiva de educação do Campo.

No primeiro capítulo foram apresentados a caracterização da comunidade, escola e dos educandos observados fazendo a descrição dos processos de constituição da vila, estes vinculados consequentemente na luta pelo direito à educação escolar dos filhos dos agricultores ao longo desse período. Para contribuir no debate, utilizamos Martins (2009) apresentando a discussão sobre fronteira, Hébette (2004), Hébette (2004b) elencando os elementos que provocaram a ocupação dessa região sudeste paraense e Emmi (2002) apresentando aspectos sobre o período de extração de castanha nessa região do Pará.

Fizemos estudos do Trabalho de Conclusão de Curso produzido por Costa (2013), educador da escola e realizou suas pesquisas socioeducacionais na Vila Limão. E ainda utilizamos recortes das entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores e educadores da comunidade, entre 2014 a 2018, na realização das pesquisas socioeducacionais e trabalhos acadêmicos realizados durante os Tempos Comunidades² do curso.

Apresentamos os conceitos de currículo, no segundo capítulo, referenciados nos autores: Silva (2007) Arroyo (2013) e Goodson (2013). A concepção do Movimento de Educação do Campo, fundamentados em Freire (1987), Silva (2006), Molina e Hage (2015), Molina e Freitas (2012) e Haddad (2012). E sobretudo analisamos a proposta pedagógica expressa no Projeto Político Pedagógico da EMEF Nova Canaã.

² Tempo comunidade se refere ao período em que os estudantes do curso de Licenciatura em Educação do campo voltam para a comunidade para realizar pesquisas de campo a serem entregues nos períodos em que retornarem ao período da etapa do curso, ou seja, ao tempo universidade.

No terceiro capítulo, apresentamos o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, como foi constituído e seus objetivos considerando o decreto e a portaria de criação; apresentamos ainda parte da cartilha do Ministério da Educação do Governo Federal que regulamentou e explicitou as orientações metodológicas para a realização do programa nas escolas. Analisamos esse material apoiado nos estudos dos seguintes autores: Cagliari (1982) refletindo sobre os usos sociais da língua; Arroyo (2013) em relação ao papel do educador na formulação e um currículo para as escolas do campo; e Freitas (2010) sobre as possibilidades do uso da tecnologia na produção de conhecimento. Os dados secundários utilizados foram Costa (2015) e Miranda (2016) ambas são educadoras da escola pesquisada e produziram registros sobre a Vila e sobre a proposta curricular da escola.

No quarto capítulo, analisamos a partir de uma categorização das atividades no ensino de linguagem. Utilizamos como referencial teórico da área da Linguagem, os autores que discutem a concepção de linguagem e o ensino na escola: Cagliari (1982), Freire (1989), Brito (2003), Osias (2010), Soares (2010), Geraldi (2016) e Arroyo (2013) na compreensão de currículo.

Desejamos que este trabalho possa contribuir no debate sobre concepções de ensino e de linguagem, bem como nas possibilidades de construção de uma “educação problematizadora” defendida por Paulo Freire e vislumbrada na Educação do Campo como possibilidade concreta de construção curricular, propondo alterar a forma e o conteúdo das escolas do campo.

1. A REGIÃO DE ONDE FALAMOS

Nesse capítulo apresentamos uma caracterização do lócus da pesquisa: A Vila Limão, a Escola Nova Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã e os agricultores familiares que constituem a luta pelo direito a educação para seus filhos, sujeitos dessa pesquisa. Faremos o diálogo a partir de Hébette (2004) e (2004b) ambos discutem a formação de um campesinato migrante que se territorializa às margens dos rios e reconstrói como lugar de vida na constituição da vila, realizando na terra e que fazem parte da história da ocupação da Amazônia, Emmi (2002) apresentado aspectos sobre o período de extração de castanha nessa região do Pará e em Martins (2009), no debate sobre a constituição da fronteira.

Utilizamos como fonte secundária, o Trabalho de Conclusão de Curso realizado por Costa (2013), educador da escola Nova Canaã e foi estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza. E também utilizamos entrevistas semiestruturadas, realizadas com agricultores e educadores da comunidade, nos períodos entre 2014 à 2018, nos trabalhos acadêmico de tempo comunidade, que realizamos durante a graduação foram nossas fontes de produção de dados.

A Amazônia e suas riquezas naturais se tornou foco de olhares gananciosos do capital estrangeiro, empresários e com a participação direta do governo brasileiro, provocou uma colonização em busca apenas de exploração dos considerados recursos desse território. Esse planejamento foi intensificado na ditadura militar, pela divisão desse território em glebas e o incentivo através de benefícios fiscais a sua ocupação, constituindo assim muitos conflitos e destruição dos povos indígenas que aqui viviam (HÉBETTE, 2004).

Nesse período, o sudeste do Pará, a partir da implementação da política dos grandes projetos que impactou a região, recortou as primeiras rodovias, como a PA 150, na qual atraiu os grandes projetos, as construtoras, e a migração massiva de agricultores em busca de terra, conforme relata Hébette (2004).

A abertura oficial da Amazônia ao capital, nacional e estrangeiro, teve efeitos imediatos. Interessava a todos esse espaço relativamente protegido e preservado do planeta. Cada um vinha agora, sem constrangimento, procurar ali o que lhe aprofesse: terra, madeira, minérios e recursos hidrelétricos. O Estado, inclusive,

estimulou esses interesses por meio de incentivos fiscais e da implantação de obras de infra-estrutura (HÉBETTE, 2004, p. 55). [...]

A construção da PA 150, como das outras estradas, tinha como pano de fundo um discurso de desenvolvimento e de progresso à região. Entretanto, o seu propósito maior era atender a demanda dos grandes projetos, facilitando o transporte de materiais para construção da infraestrutura necessária a exploração, dentre elas, a construção da Usina hidrelétrica de Tucuruí.

Para a construção da estrada, vieram os trabalhadores e com a divulgação do governo sobre as riquezas em abundância da Amazônia, atraiu um grande número de agricultores migrantes de estados do país, em busca de emprego, terra e a exploração das riquezas naturais, dentre elas o ouro nos garimpos.

Esse projeto de desenvolvimento que tem como base a exploração de todos os recursos naturais, desconsiderando os povos e os modos de vida já existentes, bem como atraindo um contingente de pessoas que provocaram inúmeros conflitos em toda a região, conforme diz Hébette (2004):

A Amazônia teve a infelicidade de ser entregue para uma nova ocupação e novas formas de exploração no mais triste e mais caótico período da história política do Brasil independente. Essa fatalidade valeu ao Pará momentos trágicos da ocupação latifundiária, da devastação e pilhagem de seus recursos naturais, de conflitos [...] (HÉBETTE, 2004, p. 55).

Essa região foi denominada como uma área de Fronteira, os conflitos pela posse da terra foram à marca desse período. Costa (2013) relata que a constituição da comunidade Vila Limão é parte desse processo, pois era:

[...] uma área de fronteira com diferentes atores sociais e estes com diferentes perspectivas de desenvolvimento econômico, social e ambiental para região. E nesse encontro de diferentes atores com diferentes estratégias e perspectivas de desenvolvimento mediada pelo estado brasileiro, que o campo vem avançando historicamente. E esse processo acaba provocando disputas por território entre os diferentes setores de produção: Mineração, agricultura empresarial, agronegócio e agricultura familiar [...] (COSTA, 2013, p. 44).

Esses diversos interesses provocaram diferentes momentos de disputa, no decorrer dos últimos cinquenta anos. Essa região tem sua constituição marcada por diferentes perspectivas. E os agricultores passam a disputar, através da luta pela

terra, condições para se territorializarem, lutavam diariamente para sustentar sua família por meio das atividades agrícolas, além de se constituírem como sujeito coletivo para defender e garantir seus direitos básicos, tais como: o acesso à educação, saúde, infraestrutura para sua permanência nesse território.

A migração para área de fronteira constitui-se como alternativa para essas famílias, a partir de políticas de ocupação da Amazônia produzidas pelo estado brasileiro. Há relatos das inúmeras dificuldades por quais passaram, pela ausência de todos os serviços públicos pois a região não estava a eles destinada. Para Martins (2009) a Fronteira é o limite de degradação do humano, pois,

[...] Eles estão certamente, também buscando terra para trabalhar e assegurar a sobrevivência e a continuidade da família ou tentando manter territórios revestidos de uma certa sacralidade na memória tribal. Mas o fato de que se encontrem numa situação que é também limite do humano, fronteira da humanidade. Limite fim do mundo, parece impor-lhes a necessidade de deslocar para imaginários mais profundamente estabelecidos a busca de sentido para a vida nos confins do humano, na fronteira [...] (MARTINS, 2009, p. 167).

A permanência das famílias nas áreas de fronteira, exige um sacrifício pois adoeciam, percorriam grandes distâncias a pé, não tinham certeza sobre a permanência da terra que se apossavam. Situação que se agrava devido a falta de políticas públicas que possibilitassem a sobrevivência num espaço de tensões, bem como ausência de estradas e de serviços de saúde, energia e educação, conforme pode ser observado no relato da agricultora entrevistada sobre ausência de políticas públicas nesse período:

[...]No começo eu achava ruim(ruim) porque era difícil demais. Sempre o meu marido era mais conformado, ele me conformava: “não mulher mais isso não vai ficar assim não, daqui mais uns tempo isso vai melhorar”. E isso aí ficou eu querendo voltar pro doze (Morada Nova), mais ele não deixava eu ir, “pois é mais tem que arrumar lá”. Aí quando arrumou a professora aí me conformei, porque a minha preocupação era os menino ficar sem estudar (R.M.A.P. agricultora, entrevistada 06/09/2014, p. 06).

A Vila Limão foi constituída na década de 1970, com a ocupação de terras por famílias de agricultores migrantes de vários estados brasileiros, destacando-se principalmente Bahia, Minas Gerais e Maranhão. A justificativa dos agricultores na migração para o Pará foi a busca da conquista de uma terra, que garantisse o

sustento da família e possibilitasse melhores oportunidades que não tinham na região de origem.

A organização em movimentos sociais foi uma estratégia utilizada, a partir do apoio da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base para assegurar o direito a seu modo de vida, bem como constituir um sistema de produção, já que não tiveram apoio governamental para conseguir a terra e nem assistência técnica para produção nessas áreas.

A Comunidade Vila Limão é parte dessa história. As famílias dos agricultores buscavam na luta pela terra, a ressignificação de vários direitos negados em outros estados, de onde foram forçados a sair devido precárias condições as quais viviam. Portanto, um aspecto bem marcante na fala deles, foi a união em torno de um objetivo comum.

A agricultura familiar se fortaleceu na área porque possuíam conhecimentos oriundos das famílias camponesas como um recurso para sua sustentação, apesar das poucas oportunidades de incentivo aos agricultores. Martins (2009) apresenta a luta dos camponeses no processo de fortalecimento de sua identidade no campo:

[...] A história recente de lutas camponesas no Brasil tem, aliás, mostrando abundantemente que, ao mesmo quando não se configura a falta de alternativas, os camponeses ameaçados optam pela luta pela terra, pelo questionamento seja dos supostos direitos dos alegados proprietários, seja da própria legitimidade desses direitos [...] (MARTINS, 2009, p. 151).

Eles se organizaram e criaram a Associação de produtores extrativistas da comunidade, se vincularam ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR de Jacundá e Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetagri Regional Sudeste, integrante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, como um importante instrumento de luta pelos direitos coletivos na comunidade.

Através de lutas e reivindicações conseguiram o direito à educação básica de anos iniciais. Uma das principais demandas era a construção de uma escola para garantir o direito de estudar dos seus filhos. Essa é uma luta que travam desde o início da ocupação quando ocupam a terra e escolhem, dentre eles, uma educadora leiga para atuar em salas improvisadas, embaixo de uma grande castanheira.

A luta pela constituição de processos formativos, que lhes reconheçam como sujeitos de direito e de conhecimentos, é parte da constituição da organização do movimento sindical. Detalharemos os processos de constituição da comunidade e da escola nos tópicos abaixo.

1.1. OS PROCESSOS DE LUTA PARA CONSTITUIÇÃO DA VILA LIMÃO

A comunidade Vila Limão está localizada a sessenta quilômetros da sede do município de Jacundá, Estado do Pará, às margens do rio Piranha. Esse rio foi inundado pelo lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, na década de 1980, ficando submerso parte das áreas em que os agricultores já residiam.

Quando iniciamos nossas pesquisas socioeducacionais, em 2014, constatamos que na Vila residiam aproximadamente cem famílias de agricultores que desenvolviam suas atividades de trabalho combinando atividades na pesca, agricultura e pecuária.

No final da década de 1970, os agricultores migraram principalmente dos estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais. As justificativas dadas nas entrevistas para a migração, foi à procura de um pedaço de terra para trabalhar. Hébette (2004b, p. 192) relata que a ocupação das terras nessa região era bastante intensa, devido a incentivo do governo e mais tarde dos grandes projetos de desenvolvimento na época, pois, “[...] No sudeste do Pará, esses migrantes compuseram a maioria. Ocuparam as terras devolutas nas matas do Tocantins e do Araguaia e tornaram-se posseiros.”

Para Hébette (2004b) a chegada em grande número de migrantes fortaleceu o movimento de ocupação de terras na região e eram recepcionados, muitas vezes, por pessoas que relatavam possuir imensas áreas na exploração dos recursos naturais e força de trabalho, sem controle.

A área era um grande castanhal, que tinha como suposta proprietária uma senhora denominada Beatriz. Segundo os agricultores, ela residia em Marabá, se intitulava dona desse castanhal. Ela mantinha, durante a safra da castanha, dois barracões, sendo um construído para armazenamento dos frutos e outro construído para alojamento dos castanheiros, trabalhadores contratados para coleta, durante a safra da castanha. Eles eram transportados sazonalmente, apenas durante esse período de coleta.

Emmi (2002) destaca esse período como uma relação de poder muito intensa por quem se apropriavam dos castanhais, pois, se tratavam de supostos proprietários que tinham autonomia para exploração e de comercialização das castanhas, ou seja,

Quando se fala em áreas de castanhais é preciso levar em conta as diversas formas de apropriação das terras ricas em castanhas, que predominaram em diferentes momentos e que resultaram no controle das terras por poucas famílias (EMMI, 2002, p. 6).

O escoamento da castanha era realizado em embarcações que se deslocavam pelo Rio Tocantins, até as sedes dos municípios de Marabá, Jacundá ou Nova Ipixuna. A castanha era transportada para Belém e de lá exportada para vários países.

A Dona Beatriz, considerada suposta proprietária do castanhal, mantinha o domínio com a contratação de pistoleiros, para garantir que a área não fosse ocupada pelos agricultores migrantes. Havia alguns conflitos pois usava de ameaças por homens armados, que vigiavam a terra. Porém, não apresentava os documentos que comprovasse a propriedade da gleba. Nesse sentido, Emmi (2002) destaca esse período marcado pelas disputas por terra entre as classes sociais, como momentos violentos na tentativa de intimidar os posseiros que se aproximavam e dessa forma garantir sua permanência no local, pois,

Os castanhais tornaram-se áreas de disputa entre antigos ocupantes, migrantes, posseiros e os “donos” de castanhais que tentaram se assenhorar legalmente da proteção desses domínios na institucionalização do Polígono dos Castanhais (EMMI, 2002, p. 8).

Essa região do sudeste paraense inclusive ficou conhecida segundo Emmi (2002) por essa denominação “Polígono dos castanhais” por se tratar de uma vasta área em que predominavam esse tipo de extração e pelos constantes conflitos entre posseiros, agricultores migrantes e esses “supostos donos”.

Com a construção da rodovia PA 150 que dá acesso à Belém, houve um aumento no número de agricultores que passaram a ocupar e reivindicar a propriedade da terra. Os posseiros se organizaram e exigiram que a suposta proprietária apresentasse o título da terra, comprovando com documentação e não apenas pelo apossamento.

Segundo entrevistas com os agricultores da comunidade, ela não apresentou a documentação e isso fortaleceu a luta deles pelo direito a terra reivindicada ao Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins – GETAT. Para dona Beatriz foi destinado apenas um pequeno lote dentro da gleba, e esta inconformada, abandonou o lote.

Quando foi regularizada a área, os moradores criaram a Vila Tancredo Neves, popularmente conhecida como Vila Bagaço. No entanto, havia dificuldade de acesso a água potável no local destinado para a vila e os moradores foram se deslocando para mais próximo ao rio Piranha. Na beira do rio, havia um grande pé de Limão, sendo referendado pelos moradores e pelo qual deu origem ao nome da vila.

Entretanto, a formação do lago da barragem de Tucuruí, já em 1984 inundou algumas terras, destruindo floresta nativa, fauna, inclusive o pé de limão que deu origem ao nome da vila, causando muitos prejuízos aos agricultores. Esse período também houve uma grande incidência de malária e a proliferação de um mosquito chamado cabo verde, que matava animais pela quantidade e pelo desequilíbrio ambiental com o apodrecimento da floresta. Algumas famílias desistiram de suas terras.

Nas entrevistas, os agricultores destacam que o Lago de Tucuruí é muito importante para a comunidade hoje. No período da cheia e inundações, as famílias desenvolvem a pesca, pois, é um meio de sustento; bem como utilizam como meio de transporte para as propriedades nas proximidades. E nos períodos de seca, considerado o verão amazônico, se constituiu um local de lazer para os agricultores e visitantes.

Na Figura 01 podemos visualizar a imagem do Lago, no período de inverno, quando as águas da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí inundam o rio Piranha:



Figura 01: Margem da Vila Limão no período de inverno
Fonte: Flaviula Araújo Costa, 2012.

Os entrevistados afirmam que na década de 1980, tinham grandes dificuldades para ir à sede do município, pois não havia estradas. No relato abaixo, um dos primeiros agricultores narra sobre as dificuldades enfrentadas devido a falta de estrada:

Não tinha estrada, não! A estrada era um picadinho de carregar os burro, né, passava o tempo todin sem ninguém andar. Depois é que o pessoal foram fazendo um picadinho e vai, com o tempo foi aparecendo madeireiro, comprando madeira, os madeireiro entrava e fazia uns arrastão, era isso. (R.P.S. agricultor, entrevistado em 29/09/2014, p. 6).

Nesse período, os agricultores resolveram reivindicar a construção da estrada, sabendo onde localizavam as máquinas usadas para esse trabalho, então decidiram ocupar o espaço e lá permaneceram com suas famílias até serem atendidos. Agiram assim por mais de uma vez para conseguir que fosse realizada a abertura da estrada até às margens do lago, para enfim, garantir o deslocamento e escoamento das produções agrícolas.

A vila está estruturada com uma escola de ensino fundamental, duas igrejas; uma católica e a outra evangélica, barzinhos, pequenos comércios e dois campos de futebol, servindo como lazer e diversão para os moradores.

Eles estão organizados na Associação Agroextrativista dos Produtores Familiares da Vila Limão - Agrovil, uma associação atuante e integrante ao movimento sindical, conforme citado no tópico anterior. Como parte das atividades

organizadas pela associação, foi criado um projeto para garantir a comercialização e o escoamento da produção leiteira. Foram adquiridos tanques para resfriamento do leite. Há três tanques de resfriamento que foram adquiridos com recursos públicos de projeto e dois tanques, comprados posteriormente pelos agricultores porque conseguiram garantir um preço mínimo do leite produzido na região.

Costa (2013) discute a justificativa para o projeto que buscava encontrar uma alternativa para a produção de leite na Vila, na aquisição dos tanques de resfriamento na localidade,

A partir de 1999 começou-se a discutir por meio da (associação local, Associação Agroextrativistas dos Produtores Familiares de Vila Limão) AGROVIL uma possível saída para a atual situação de instabilidade no valor do leite na comunidade tendo entendimento pela maioria que na situação econômica que encontravam-se a atividade era inviável, no entanto, havia dificuldades estruturais principalmente pela falta de rede de distribuição de energia elétrica e as condições de conservação das estradas vicinais (COSTA, 2013, p. 33).

Frente à necessidade de melhorar a produção e a qualidade do leite, bem como garantir seu armazenamento na comunidade em 1999, os agricultores buscaram através da associação AGROVIL as seguintes estratégias como: a luta pela melhoria da qualidade da energia elétrica, melhoramento das estradas vicinais, a negociação conjunta com laticínios para garantir um preço mínimo e a regularidade na entrega do produto, na qual se tornou uma das principais atividades econômicas da comunidade Vila Limão Costa (2013)

Para Hébette (2004b) todo esse processo histórico que envolveu a região como um território de fronteira carregadas de disputas por terra, poder, direitos básicos de sobrevivência, abandono do Estado, forjou a constituição de um campesinato marginal, nas quais sobreviveu no campo, um modelo de sociedade persistente nos sonhos que almejava ou simplesmente que aprenderam a valorizar por conta das circunstâncias que vivenciaram, ou seja,

Os modelos de apropriação da terra nos oferecem uma base fundamental para a compreensão de uma nova sociedade tipicamente rural. Eles nos permitem entender como essa sociedade é radicalmente antagônica e conflitiva, ela não nasceu da cooperação, mas sim da concorrência e da disputa, da exploração e da espoliação (HÉBETTE, 2004b, p. 141).

A organização coletiva esteve presente na maioria das conquistas dos moradores assim como a luta pela construção da escola na comunidade desde o início de constituição da vila, na qual será discutido no item seguinte desse capítulo.

1-2 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOVA CANAÃ

A Escola Nova Canaã foi criada em março de 1990, através da mobilização dos agricultores que se reuniram para reivindicar com as autoridades a construção de uma escola na comunidade para seus filhos.

Essa reivindicação não foi atendida de imediato. As famílias construíram uma solução provisória montando uma sala de aula ao redor de uma grande castanheira para seus filhos. Após um período, se reuniram e fizeram um mutirão para construção de um galpão, onde passou a funcionar a escola.

Eles continuaram reivindicando a contratação de uma educadora pelo poder público, para ministrar as aulas em turma multisseriada. A prefeitura assumiu o pagamento de apenas uma educadora para atender as crianças na comunidade, conforme relato de uma das primeiras agricultoras a morar na comunidade, entrevistada em 2014. Quando questionada sobre a luta para conseguirem estrada e escola na constituição da vila, relata que: “Fizeram a estrada e começaram a pagar a primeira professora paga pela prefeitura de Jacundá, foi uma filha da dona Benvinda, a irmã do Joel, foi à primeira professora paga pela prefeitura [...]” (R.M.A.P, agricultora, entrevistada em 06/09/2014, p. 4)

Os agricultores continuaram se responsabilizando pela infraestrutura, merenda e outros serviços para garantir o funcionamento da escola. Em 1992, devido às más condições no galpão, local onde funcionava a escola, as aulas foram transferidas para o prédio da Igreja Católica por um período de três anos. Aumentou a quantidade de estudantes e esse espaço se tornou insuficiente. Os agricultores passaram a reivindicar a construção do prédio próprio para funcionamento.

No mesmo ano, os agricultores decidiram em reunião com a prefeitura, que contribuíram na construção da escola, com recursos próprios. Alguns doaram madeiras e os que não tinham condições de contribuir com dinheiro contribuíram com mão-de-obra. Essa reunião foi relatada por outro agricultor:

[...] o prefeito falou que não tinha condição de fazer a escola e perguntou se nós queria, se nós dava conta de fazer a mão de obra. Ele ia mandar uma talba, uma madeira, uma peça pra fazer essa, essa casa. Aí nós concordemo que podia mandar, aí mandou as talba, as peça. Aí, nós fizemo a vaquinha pra comprar prego, dobradiça e telha e fizemo a escola (R.P.S., agricultor, entrevistado em 29/09/2014, p. 8).

A escola foi feita de tabua com duas salas e três quartos que seria como depósitos para os materiais didáticos. Nesse período, três educadoras atuavam em sala de aula e as turmas eram atendidas nas seguintes modalidades: alfabetização, duas turmas multisseriadas que atendiam a primeira e segunda série e a terceira e quarta série.

No mesmo ano, os agricultores então, resolveram reivindicar o ensino fundamental de quinta a oitava série porque os estudantes que concluíram a quarta série, não tinha condições de continuar estudando na Vila. Novamente, enfrentam a resistência da Secretaria Municipal de Educação. Somente em 2000, após muitas reuniões, foi implantado o ensino fundamental de quinta a oitava série do ensino fundamental, através do Sistema Modular de Ensino- SOME.

Em 2004, devido às péssimas condições da estrutura física da escola e as constantes reivindicações da associação dos agricultores, o prefeito da época, então resolveu construir a escola, mas com apenas duas salas de aula, dois banheiros e uma cozinha. Esse espaço era insuficiente para a quantidade de educandos, mas não houve acordo para que ela fosse ampliada. Continuam reivindicação dos agricultores organizados pela necessidade de ampliação da escola.

Outras necessidades foram sentidas pelos agricultores, quando os educandos concluíam o ensino fundamental, a necessidade da oferta do Ensino Médio na Vila, já que são sessenta quilômetros até a sede do município de Jacundá, impossibilitando que os jovens se desloquem e exigindo a migração daqueles que desejam continuar estudando. Porém, a prefeitura não autorizou a oferta de ensino médio. O argumento utilizado era o número insuficiente de educandos para manter educadores, vindos da cidade de Jacundá. Os agricultores alegarem o contrário, diante disso, organizaram manifestações em frente à Prefeitura Municipal, entretanto, não houve acordo a favor da comunidade.

Somente através de muitas lutas e persistências dos moradores da comunidade, a Prefeitura ampliou um pouco mais a escola, dessa vez, constituindo

mais três salas no espaço, sendo uma sala aula, outra para instalação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional- ProInfo e outra cedida para funcionar a secretaria.

Em 2018, a escola ofertava da Educação Infantil (jardim) até o 9º ano do Ensino Fundamental. O muro nunca foi construído, conforme podemos visualizar na Figura 02, na qual era outra reivindicação dos agricultores, após a instalação de espaço da horta, atrás da escola,



Figura 02: Escola Nova Canaã
 FONTE: Francisca Pereira Lima, pesquisa de campo, 2015.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã é administrada pela Secretaria Municipal de Educação- SEMED do Município de Jacundá, possui conselho escolar que funciona regularmente. Participa do Programa Dinheiro Direito da Escola - PDDE anual desde 2001. Foi contemplada com o PDDE campo e PDDE Mais educação.

A Escola tinha em 2018, um total de doze educadores, a maioria possui graduação, especialização ou eram estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da Unifesspa. Todos têm vínculo com a comunidade Vila Limão, pois possuem lote na comunidade ou nas proximidades e alguns são agricultores. Quatro deles são contratados e renovam contratos com a prefeitura de Jacundá, ano após ano.

No que se refere aos funcionários de apoio na escola, são todos contratados, moradores da comunidade possuindo vínculo e conhecimento com os educandos, agricultores e moradores da vila.

O Projeto Político Pedagógico começou a ser construído em 2009, pelo grupo de educadores, dentre eles a educadora Renata R. Miranda, após a Especialização

em Currículo, Cultura e Educação do Campo e sua aproximação do Fórum Regional de Educação do Campo e a alguns educadores da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário Marabá. E outros educadores, que foram aprovados no curso de Licenciatura em Educação do Campo, primeira turma.

Esse projeto é constantemente debatido e revisado com o coletivo de educadores da EMEF Nova Canaã e os agricultores, conforme as necessidades da comunidade escolar e da comunidade local, pois segundo Freire: “[...] a educação se re- faz constantemente na práxis. Para *ser* tem que *estar sendo*.” (FREIRE, 1987, p. 73). Na medida em que vão percebendo outras possibilidades de trabalho vão inserindo ou retirando o que avaliam que precisam ser reformulados.

A partir de uma definição do coletivo de educadores, em 2012 a atuação na EMEF Nova Canaã busca trabalhar com base em temas geradores e tendo a pesquisa como princípio educativo, buscando articular a investigação da realidade com a formação ampliada dos educandos. Por meio dos princípios da Educação do Campo, tendo como referência a perspectiva dialógica Freireana, dessa forma, buscando construir uma formação humana crítica na qual os educandos possam refletir e se perceber como construtores de sua história e não apenas como reprodutores e memorizadores de conteúdos.

O corpo docente da escola, divididos por segmentos, se reúnem regularmente toda semana para planejamento das aulas e sistematização do que há para ser discutido, sobre as dificuldades entre educando- educador ou vice e versa, como também qualquer outra dificuldade dentro da sala de aula.

Quando a gente se reúne a gente fica sempre questionando nosso trabalho porque como a gente tenta fazer um trabalho coletivo, nós costumamos refletir sobre aquilo que a gente está fazendo pra ver se tá tendo resultado ou não (R.R.M., educadora da EMEF N. Canaã, entrevistada 01/04/2015, p. 3).

Esses encontros são considerados importantes no sentido de troca de experiências bem como de socialização do que cada educador está trabalhando com suas turmas e às vezes o planejamento de como cada um pode contribuir para que o ensino se torne interdisciplinar no bimestre, se tornando momentos de socialização entre os educadores, ou seja, acabava sendo um trabalho coletivo.

As investigações de temáticas da realidade que são sistematizadas na escola tendo a pesquisa como princípio educativo são socializadas com os

agricultores e com toda a comunidade escolar em noites culturais ao final do bimestre. Acontecem duas noites culturais durante o ano letivo.

Os educandos, nesses momentos são incentivados a planejar, construir e a assumir o protagonismo em apresentações nas noites culturais com diferentes linguagens, ou seja, em formato de música, seminário, cordel, jogral e teatro. Compreendendo o conhecimento como produto da interação humana e o estudo como possibilidade de apreender e refletir sobre o mundo que o cerca.

Os agricultores são partes integrantes do processo educativo dos seus filhos. Eles são sujeitos das pesquisas e a noite cultural foi uma forma encontrada de socializar os conhecimentos produzidos. Na Figura 03 e 04, mostram registro das noites culturais referentes aos anos de 2016 e 2018.



Figura 03: 12ª noite cultural
Fonte: Fábio A. Costa, em 07 de dezembro de 2016



Figura 04: Público da 15ª noite cultural
Fonte: Giseli Mascena, 2018.

Há uma presença massiva dos pais e agricultores, no entanto, nos recursos tecnológicos não permitem o registro no horário noturno com qualidade. Esse é um momento de encontro e de troca de experiência riquíssimo, pois, torna a escola um espaço cultural.

Nas primeiras noites culturais, os agricultores se envolviam, atuando voluntariamente nas atividades. Em 2018, não houve um envolvimento, mas continuaram participando no evento. Em entrevista a uma educadora podemos confirmar isso quando ela diz:

Hoje o trabalho voluntário na escola não é algo muito presente. Mas assim, muitas coisas que a gente precisa realizar; que a gente não tem condições, não consegue recursos, através da secretaria. Então assim, a gente acaba nos doando, tanto professor, quanto aluno, os outros demais funcionários, acaba se doando e fazendo determinado trabalho que a gente precisa, e às vezes, não consegue. (R.R.M, educadora da EMEF N. Canaã, entrevistada em 01/04/2015, p. 3)

Esse trabalho voluntário era forte na comunidade até 2015. No entanto, com o passar dos anos os agricultores não continuam atuando da mesma forma dentro da escola. Segundo a educadora Renata R. Miranda, o trabalho voluntário dentro da escola era mais intenso no início da Vila. No entanto, quando alguns pais e responsáveis são solicitados, eles contribuem.

Os educandos, educadores e demais funcionários frequentemente realizam atividades, além das suas funções a que forem contratados, para ministrarem aulas, garantindo o funcionamento das atividades pedagógicas planejadas como: atividades fora do horário previsto, atividades fora de dia letivo, contribuições voluntárias nos eventos em que a escola realiza em datas comemorativas do dia das mães, dos pais, das crianças, desde a organização, preparos de alimentos e limpeza do espaço, divididos por grupos de atuação.

Os sujeitos de pesquisa para esse trabalho foram educandos, filhos de agricultores na Vila Limão, que cursavam o ensino fundamental nas turmas do 8º e 9º ano e 4ª etapa da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Eram 23 educandos, distribuídos da seguinte forma: A turma do 8º ano era composta por onze educandos, seis do sexo feminino e cinco do sexo masculino, na turma do 9º ano eram sete educandos, quatro do sexo feminino e três do sexo masculino e a turma

da 4ª etapa eram apenas cinco educandos, um do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

A escolha das turmas para essa pesquisa se deu por tratar de educandos que já passaram por várias etapas de ensino no decorrer de seu percurso na escola pesquisada, constituindo um determinado amadurecimento de aprendizagem e por se tratarem de turmas que encerrariam o ensino fundamental na escola visto que, não há oferta de nível médio na comunidade, submetendo aos educandos se deslocarem para outra comunidade ou cidade mais próxima para prosseguirem seus estudos.

Os educandos eram os sujeitos das atividades propostas na área de conhecimento de linguagem, na sala do ProInfo. Ele era uma ferramenta para a realização de diversas atividades na aprendizagem da leitura e da escrita. Eles, os educandos, produziam atividades participando diretamente de eventos na Vila, orientados pela educadora da área de Linguagem e construíam os textos escritos com o auxílio dos computadores.

A constituição da vila é resultado de uma conquista dos agricultores que se organizaram para lutar por direitos básicos e pela sua reterritorialização no sudeste do Pará, as margens do Rio Piranha, em Jacundá. Sua permanência no campo, dependia de serviços básicos, dentre eles a Educação, por isso, a luta por escola era uma luta comum que os agregou.

O projeto Político Pedagógico que busca constituir dentro da Educação do Campo visa utilizar-se da memória das lutas coletivas e das ações que eles desenvolvem no território como instrumento educativo em temas geradores. Estudar as disputas em torno da construção do currículo a partir do ProInfo é parte desse trabalho. Discutiremos no próximo capítulo, as concepções de currículo que dão sustentação a Educação do Campo.

2 - CURRÍCULO E O ENSINO EM UMA ESCOLA DO CAMPO

Nesse capítulo apresentamos o conceito de currículo dialogando com o ensino ofertado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã. Para esse debate apresentamos os autores teóricos como Arroyo (2013), Freire (1987), Goodson (2013), Silva (2006), Molina e Hage (2015), Molina e Freitas (2012), Haddad (2012) e Silva (2007) nas quais dialogam sobre as práticas pedagógicas, o movimento da Educação do Campo e o currículo ambos como uma fundamentação ao ensino e para contribuir também os dados secundários de Miranda (2016) apresentando o processo de elaboração da proposta curricular da escola pesquisada.

A conceituação sobre currículo é bem complexa, pois está associada aos diversos pontos de vistas teóricos dependendo muito da interpretação dada e dos sujeitos que estão a frente de sua implementação, considerando determinadas situações como necessários para o ensino.

O termo se refere a um apanhado de atividades pedagógicas com objetivos educacionais sendo um importante instrumento de uma escola para alcançar o sucesso no processo educativo. No entanto, Silva (2007) o caracteriza como um território político e dominador sobre a implementação preestabelecida de um ensino, pois, “[...] O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político.” (p. 148).

Diante disso, a criação de currículo se dá como um meio de dominação e controle dos gestores educacionais e mais precisamente dos educadores e educandos, portanto, também na concepção de Goodson (2013, p. 143) “[...] o currículo foi inventado basicamente como um conceito para direcionar e controlar a autonomia do educador e sua liberdade potencial em sala de aula. [...]”. A esse processo se dá o direcionamento que devem seguir nas escolas através de um ensino proposto pelos profissionais que pensam o currículo generalizado, considerado como uno e essencial a todos que tem acesso ao ensino escolar.

Na busca por um ensino que promova uma reflexão por meio do ofertado como essencial na formação dos sujeitos analisando como podem inserir os anseios e saberes dos povos do campo como uma possibilidade de um currículo preocupado

com os sujeitos e sua autonomia em busca de uma educação considerada por Freire (1987) como uma “educação problematizadora”.

A “educação problematizadora” seria aquela que se preocupa com os sujeitos e a sua formação humana. Segundo o autor, a educação não deve ser apenas o de depósitos de conteúdos e os educandos desconsiderados como seres sem saberes e conhecimento, mas, deve possibilitar também a importância das experiências sociais, o diálogo entre educador/ educando no processo de formação e dessa forma possibilita a comunicação e a produção do conhecimento. Portanto,

Ao contrário da “bancária”, a educação problematizadora, respondendo à essência do ser da consciência, que é sua intencionalidade, nega os comunicados e existência a comunicação[...] (FREIRE, 1987. P. 67).

A educação que defendemos é aquela que através de um processo de construção conjunta de um currículo, preocupados não apenas com o preenchimento de conteúdos nos sujeitos que são considerados como “incapazes” mas o fato de valorizá-los, inserindo seus saberes no desenvolvimento das práticas pedagógicas dentro e fora da sala de aula, como parte integrante desse currículo que estimule a reflexão de seu meio. Dessa forma propõe uma produção coletiva de saberes enraizados nos processos de formação mútua e diálogo entre educador e educando.

Arroyo (2013) enfatiza em seu livro *currículo, território em disputa* o debate de que as disputas para a inserção num currículo comprometido com os conhecimentos dos sujeitos acontece também pelos educadores e educandos, percebendo que é importante se envolver nesse processo de construção de currículo para poder ter garantido um ensino imbricado com seus saberes, conhecimentos e estes como parte integrantes nas políticas educacionais, questionando sobre os movimentos de avaliações constante do ensino e de suas ausências. Defende o currículo como parte fundamental de uma escola, mas também como os sujeitos que dela fazem parte.

Arroyo (2013) discute a implementação de um currículo relacionado a preparação dos educandos para o mercado capitalista de empregabilidade de baixo poder aquisitivo ser um movimento que retrocede o que se propõe em uma educação popular e “problematizadora”, quando diz que

[...] currículos no movimento do mercado revelam movimentos de marcha a ré, freando o movimento para a frente que nas últimas décadas luta por reconhecer cada criança/ adolescente, jovem ou adulto de direitos, não mercadoria (ARROYO, 2013, p. 104).

A preparação dos educandos apenas com esse sentido num movimento tecnicista pelos profissionais da educação os reduz a mera mercadoria, apagando direitos básicos como o direito a formação humana, estes que são submetidos o tempo todo a avaliações constantes quanto a essa preparação para o emprego no Estado capitalista.

A educação foi por muito tempo considerada como direito de poucos. Segundo Haddad (2012), somente após muitos processos de luta pelos movimentos sociais e sindicais por uma educação como formação humana é que se estendeu, ainda timidamente, esse acesso aos povos do campo, ou seja,

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos (HADDAD, 2012, p. 217).

Direito humano apenas garantido através dos processos de lutas e reivindicações, pois, quem elabora as leis não reconhecem os sujeitos especialmente os povos do campo, como detentores de conhecimento, ocorrendo o apagamento de seus saberes geralmente negados como essencial nos processos formativos, dentro e fora da escola. Nesse debate Haddad (2012) considera a escola como parte integrante desses processos, pois,

A educação escolar é base constitutiva na formação de pessoas, assim como as auxilia na defesa e na promoção de outros direitos. Por isso também, é chamada um *direito de síntese*, porque ao mesmo tempo é que é um fim em si mesma, ela possibilita e potencializa a garantia de outros direitos, tanto no sentido de exigí-los quanto no de desfrutá-los[...] (HADDAD, 2012, p. 218).

Somente a partir de uma visão ampla da vida é que são garantidos os benefícios de outros direitos percebidos ao longo de um processo formativo escolar. Nesse sentido é considerado por Haddad (2012) como direito de síntese por

englobar a exigência de outros direitos vistos também como essenciais e não é apenas o direito à educação, mas também à saúde, políticas públicas, garantir direitos básicos de sobrevivência, estes negados e que não consegue abranger a todos os sujeitos.

Diante disso, Caldart (2015) aponta traços de especificidade da Educação do Campo como um movimento de luta comum coletiva por interesses sociais, políticos e humanos para a formação dos diferentes sujeitos em busca de políticas públicas essenciais, pois, a Educação do Campo

Surgiu com esse objetivo principal, de associar lutas de diferentes sujeitos particulares com interesses sociais comuns, no movimento entre a luta por direitos feita diretamente por quem se percebe excluído deles, e a luta comum entre diferentes sujeitos, inclusive aqueles que já têm atendido esse direito, por políticas que garantam o acesso e a qualidade social da educação para todos[...] (CALDART, 2015, p. 2).

Os direitos negados somente são garantidos por meio de lutas que envolvem pessoas desassistidas de políticas públicas, mas também por reivindicações permanentes em busca de seus propósitos coletivos para sejam garantidos, atendidos e conservados ao longo do tempo.

Nesse mesmo sentido, Molina e Hage (2015) também apresentam o movimento da Educação do Campo como um processo de lutas por direitos pelos povos do campo organizados pelos movimentos sociais e sindical.

Atribuindo a esse movimento, está a política de formação de educadores não se limitando apenas ao processo educativo escolar como também nos espaços de formação não escolar fortalecendo os sujeitos de uma forma organizada nesse processo de conquista. Sendo assim, Molina e Hage (2015) dizem que:

[...] a partir de tantas lutas por direitos, que tem como elementos centrais o direito à terra e à educação, o Movimento da Educação do Campo conquista uma política específica de formação de educadores, porém sem descolar essa política do conjunto das tensões e contradições nas quais serão executados os processos de formação que ficarão sob a responsabilidade desses educadores (MOLINA e HAGE, 2015, p. 133).

Nessa perspectiva se torna um desafio aos que procuram uma proposta relacionada a formação crítica de sua realidade, pois se tratam de momentos de

aprendizados e reflexões quanto a esse processo de formação e ofertar a possibilidade de um futuro diferente aos educandos que não seja apenas o da empregabilidade, mas, o de perceber outros espaços formativos fora da escola como importantes para a formação dos sujeitos.

Nesse sentido, Arroyo (2013) sugere uma educação que promova outros horizontes como uma análise aprofundada sobre o trabalho nas várias dimensões, as relações com o mercado capitalista, mão de obra de baixo poder aquisitivo, desvalorização de determinados empregos e serviços dentre outros temas que podem ser inseridos nos currículos. São propostas que visam atribuir outros significados que não é da pura preparação para o mercado capitalista, mas o de buscar outros meios de ensino aprendizagem sobre temas amplos que servirão como uma preparação para a vida.

O autor compreende que o currículo não deve se separar das experiências sociais como parte no processo de ensino, pois, não deve se apartar os saberes das disciplinas aos saberes que os sujeitos trazem consigo, suas vivências, experiências de vida, contribuindo assim para um ensino valorizando os sujeitos e suas identidades, portanto,

[...] que os saberes das disciplinas se voltem para essas vivências, captem suas indagações e busquem seus determinantes e explicitem seus significados; uma forma mais enriquecedora de ser docentes-educadores, de ir construindo conhecimentos, aprendizagens, fazeres e autorias profissionais enriquecidas, alargadas (ARROYO, 2013, p 32).

Nessa perspectiva, um currículo que possibilite reflexões sobre a situação em que se encontra, diante disso reagindo a partir de conhecimentos da sua realidade e do mundo ao seu redor, pois, como bem diz Goodson (2013):

[...] devemos esperar que o currículo vá se envolver com as missões de vida, com os entusiasmos e objetivos que as pessoas articulam em suas vidas. Esse sim seria verdadeiramente um currículo capaz de dar poder as pessoas [...] (GOODSON, 2013, p. 157).

A esse poder somente acontece quando há esse processo de análise de situações próximas ao que vivenciam e posteriormente de fatos amplos nas quais consigam se enxergar nos processos como construtores de sua história.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã, o debate sobre uma educação que pudesse elaborar um currículo levando em consideração os saberes dos sujeitos do campo como proposta de ensino demandou o envolvimento e comprometimento da comunidade escolar e não escolar em seu processo elaborativo.

Percebemos que aos poucos as escolas especialmente as do campo, buscam repensar o currículo escolar por várias questões, mas principalmente pela inquietação de um currículo que não atenda os anseios para a formação humana.

A elaboração de um currículo por profissionais da educação que não recebe a colaboração dos sujeitos nesse processo, não os compreende como importantes. Para isso, Arroyo (2013) destaca a importância do envolvimento desse coletivo na elaboração de currículo, pois, “os professores que ousam dar vez à riqueza de vivências dos educandos e de seus coletivos percebem que os currículos enriquecem” Arroyo (2013, p. 266). Fato esse que, compreende os sujeitos como detentores também de conhecimentos e que precisam ser percebidos dentro do espaço escolar.

No entanto, a conceituação de currículo não está relacionada a um conjunto de conhecimentos separados dos sujeitos pois já que se constitui de ambos, portanto, se faz e se refaz de acordo como são os sujeitos, na construção de identidades,

[...] quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na subjetividade [...] (SILVA, 2007, p. 15).

O currículo pensado pela comunidade escolar carrega obviamente seus anseios, intenções pois como diz Silva (2007) e sobretudo “[...] O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. [...]” (2007, p. 15).

Esse processo de seleção ocorre por quem elabora, por classificar como parte necessária no processo de ensino em determinado espaço de tempo, ao mesmo se dá pelo fato de ser mutável, ou seja, assim como a comunidade escolar nem sempre é a mesma, nem muito menos os educandos, há uma necessidade de

reflexões constantes do currículo, de sua reelaboração de acordo como são as intencionalidades no processo de ensino.

Nessa perspectiva, os povos do campo buscam uma proposta com princípios pedagógicos voltados as especificidades do campo, suas relações com o mundo, o conhecimento reflexivo e não apenas de repasse de conteúdos escolares, mas, o de autonomia em seus processos educacionais e de senso crítico sobre seu posicionamento no mundo como protagonista na construção de sua história.

Nesse processo de mudança de currículo baseado nos princípios de Educação do Campo referendados por Paulo Freire, os povos do campo juntamente com os movimentos sociais, rurais e sindicais buscam dar outros significados e relevância ao ensino proposto, debatendo, dialogando, refletindo sobre a necessidade de uma proposta que valorize a especificidade do campo e seus sujeitos contribuindo com a formação através de uma concepção de Educação do Campo. Para Silva (2006), a construção dessa escola exige o envolvimento de muitos sujeitos, pois,

Essa trajetória convocou a escola e seus profissionais a dialogar com o mundo do campo e com seus sujeitos sociais, a construir uma escola diferenciada e contextualizada na vida, no trabalho e na cultura do povo (SILVA, 2006, p. 90).

Uma proposta que segundo Silva (2006) se constitui em escola diferenciada no sentido de valorizar os conhecimentos dos povos do campo adquiridos fora do espaço escolar, para que também possam fazer parte na formação, dando significados diferentes ao ensino, no sentido de trazer para a sala de aula contextos relacionados aos que vivenciam em seu cotidiano e as relações com o mundo, assim como também possa valorizar as relações: política, econômica, social e cultural dos povos do campo os inserindo nos currículos.

Desde o ano de 2009, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nova Canaã iniciou o debate sobre os princípios da Educação do Campo baseados em Paulo Freire. Dessa forma, vem desenvolvendo propostas curriculares articuladas ao desenvolvimento de ensino através de eixos temáticos e temas geradores, de problematização da realidade dos estudantes através da pesquisa para construção de um projeto formativo construído por educandos e educadores.

Nessa perspectiva, Arroyo (2013) enfatiza que:

[...] trazer os sujeitos para os currículos, para o conhecimento significa trabalhar o ensinar-aprender sobre as experiências de vida dos seus sujeitos e não sobre materiais distantes, abstratos significa aproximar mestres e alunos entre si e com os conhecimentos (ARROYO, 2013, p. 153).

Nesse sentido, compreendemos como é importante essa aproximação entre educadores e educandos, na troca de saberes e conhecimentos, visto como uma valorização das memórias, experiências os tornando mais significante.

Com essa perspectiva a EMEF Nova Canaã buscou através do grupo de educadores um currículo pensado e planejado com a comunidade escolar, na qual elaboraram o Projeto Político Pedagógico – PPP inserindo problemáticas relacionadas às vivências na comunidade, no campo, valorizando os saberes locais e sua relação com o mundo. No entanto, a escola deve ter autonomia para estruturá-lo de acordo com suas necessidades e especificidades sem desconsiderar os conteúdos das disciplinas mas buscando co- relacionar ambos num movimento de ressignificação dos saberes.

Na EMEF Nova Canaã durante a realização dessa pesquisa, os educadores buscavam desenvolver suas práticas pedagógicas baseados nos princípios que se aproximavam da Educação do Campo, por entender a necessidade de qualificar o ensino escolar rural valorizando os conhecimentos adquiridos fora da escola afim de que a junção das práticas pedagógicas tanto escolar como não escolar, possibilitassem outros aprendizados diferentemente de um ensino apenas para a qualificação profissional dos educandos.

Ou seja, as aulas são planejadas com base em um currículo fora dos padrões tradicionais, no sentido de ter como base propostas curriculares elaboradas constantemente pelo corpo docente da escola.

Sendo assim, são desenvolvidos conteúdos que venham discutir assuntos referentes a realidade dos educandos para que dessa forma o ensino aprendido se torne mais significativo justamente por se tratar de temas comuns no meio em que vivem. Diante disso, Miranda (2016) relata como se estrutura a proposta curricular da escola

[...] A proposta curricular foi estruturada em eixos temáticos e temas geradores que foram selecionados considerando a problemática a

ser abordada e o objetivo de aprendizagem para cada série[...] (MIRANDA, 2016, p. 257)

O Projeto Político Pedagógico – PPP da EMEF Nova Canaã foi elaborado pelo grupo de educadores, tendo como objetivo de sua ação educativa, educar para e pela vida. A maioria dos educadores são graduados ou licenciados em Educação do campo, procurando sempre realizar aulas diferenciadas através de planejamentos coletivos, voltado a realidade da vila.

Entretanto, a elaboração do currículo precisava levar em consideração algumas exigências sobre os padrões estruturais de ensino, que não permite alterações, conforme Miranda (2016) apresenta:

Assim, o processo de elaboração da proposta curricular levou também a uma reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola. Procuramos organizá-la de forma atender à alguma exigência considerando o fato de ser uma escola pública da educação básica que segue padrões estruturais de ensino a nível municipal e nacional, tais como: divisão do ensino por bimestre, exigências de notas aos estudantes a cada final do bimestre (MIRANDA, 2016, p. 256).

Nessa perspectiva, o currículo foi elaborado baseado em princípios filosóficos da interdisciplinaridade, pesquisa e trabalho coletivo; conforme expressa no Projeto Político Pedagógico:

Recorte 01: Princípios filosóficos adotados pela EMEF Nova Canaã:

- Educação para a autonomia e construção da consciência crítica do educando sobre o conteúdo estudado e a relação deste com o meio social em que está inserido;
- Educação para a convivência harmoniosa tanto entre o educando e a comunidade escolar, como também com o meio ambiente;
- Educação para a formação integral do educando, desenvolvendo os aspectos: físicos, mentais, sociais, políticos, éticos, cognitivos e afetivos;
- Educação para o reconhecimento e convivência com as diferenças e diversidades sócio- culturais e fisiológicas; - Conhecimento como um bem comum e necessário ao longo da vida.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Nova Canaã, 2013, p. 3

Os princípios filosóficos estão ligados a uma ideologia filosófica educacional que orienta as ações; bem como a base em que se sustenta sua proposta educativa. Esses princípios foram discutidos com todo o corpo escolar: educandos, educadores

e comunidade envolvidos; buscando referendar o propósito que sustenta uma concepção de mundo e de educação. Eles também são suporte para demarcar os princípios pedagógicos que também estão expressos no PPP e destacamos abaixo:

Recorte 02: Princípios pedagógicos adotados pela EMEF Nova Canaã:

- Escola como um espaço pensante, flexível, ético, aberto à pesquisa e à comunidade em que se insere;
- Atuação do professor como mediador e sujeito crítico da realidade no processo de ensino-aprendizagem;
- Reconhecimento do educando como um ser ativo e detentor de conhecimento;
- Currículo Integrado com a realidade social em que o educando está inserido;
- Conteúdos que possuam relevância no processo de ensino-aprendizagem e socialmente;
- Utilização de todos os recursos e espaços educativos possíveis, tornando-os pedagógicos;
- Metodologias diversificadas, que contribuam para dinamizar melhorar a qualidade do ensino ofertado;
- Desenvolvimento de Projetos voltados ao melhoramento da qualidade do ensino na escola;

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Nova Canaã, 2013, p. 3

Já os princípios pedagógicos propõem a pesquisa como princípio educativo, currículo voltado para a realidade do educando, utilização de espaços educativos dentro ou fora da escola, pois, se compreende que o aprendizado ocorre em diferentes tempos e espaços.

A essa proposta curricular, são necessários momentos de avaliação por parte dos educadores sobre o processo de ensino e que resultam em constantes etapas de reelaboração do PPP ao longo do tempo. Esses momentos acontecem durante os planejamentos das aulas, quando sentem necessidade ou por entenderem que o currículo precisa ser repensado de acordo com as especificidades e/ou dificuldades na elaboração de determinadas atividades em um período, em um bimestre.

Durante o período do ano de 2015, ao realizar observações sistemáticas como bolsista do Obeduc na EMEF Nova Canaã, presenciei que as aulas foram organizadas coletivamente havendo modificações em alguns momentos de cada bimestre. Nesse período, ocorreram reuniões quinzenais para a socialização dos educadores expondo como estavam prosseguindo com as atividades aproveitando

para planejar coletivamente outras atividades coletivas, individuais e para encaminhamentos seguintes.

Nesse processo de avaliações das atividades realizadas na EMEF Nova Canaã, são exigidos constantes momentos de reflexões do cotidiano em sala de aula, pois, o conhecimento não é estático, se renova e se constrói assim como as pessoas, portanto, esses momentos possibilitam rever o que teve êxito ou não.

Assim Silva (2007), acrescenta que currículo deveria carregar os anseios e atitudes dos sujeitos enquanto construtores de tal, pois, o “currículo é uma questão de poder e identidade”. Cabendo a nós, caracterizar de acordo com o que se pretende ensinar/ aprender nos processos formativos dos educandos.

Como vimos o currículo se funda numa relação de poder e há uma busca por uma autoria de identidade através dos educadores e educandos, visto segundo Arroyo (2013), como sujeitos centrais que almejam a sua inserção nas propostas curriculares e na qual disputam por esse território também de autonomia na elaboração e reelaboração.

Um currículo pensado com e para os sujeitos do campo baseado em políticas educacionais valorizando a subjetividade e de uma pedagogia dos homens/mulheres, partindo de uma práxis antes desveladas pela sua condição de oprimido contribuindo aos educadores e educandos uma educação libertadora para que dessa forma, possam ter acesso a uma formação crítica de sua realidade e conseqüentemente ser ferramenta para a ação e agir sobre ela. Como diz Freire (1987):

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transforma a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p. 41).

A essa pedagogia defendida por Paulo Freire só é possível com uma nova proposta de ensino buscando a reformulação do currículo, comprometimento dos educadores e envolvimento de toda a comunidade para que de fato seja efetivado um estudo crítico do currículo para se compreender o que está proposto ao ensino e quais as contribuições desse para a vida dos educandos. Caracterizando a

autonomia profissional docente e discente, ambos capazes de contribuir nas práticas pedagógicas pois, segundo Arroyo (2013)

Os estudos críticos sobre currículo coincidentes com o fortalecimento da autonomia docente, com a criatividade e a profissionalização levaram redes, escolas e coletivos a conformarem projetos políticos-pedagógicos mais autônomos, reorientações curriculares mais adaptadas à diversidade de infâncias e adolescências, de jovens e adultos. Mais criativos para repensar os currículos e a docência para inventar formas diversificadas de garantir o direito dos educandos e dos próprios educadores do conhecimento (ARROYO, 2013, p 36).

Nesse sentido, a EMEF Nova Canaã não se limitou a um ensino baseado apenas no repasse de conteúdos desconexos com a realidade em que os educandos estão inseridos, aconteceu durante o ano de 2015, em sua maioria a utilização de pesquisa de campo na própria comunidade com os moradores locais, ou seja, com os pais, responsáveis ou parentes dos próprios educandos. Portanto, o ensino se tornava mais significativo, no sentido de promover em sala de aula o estudo de assuntos e temas recorrentes em seu cotidiano e na linguagem dos próprios moradores, nas quais estão habituados.

A essa proposta articular o conhecimento e saberes locais com os conteúdos das disciplinas como partes importantes e construtores do ensino, pois, também não devem ser apartados dos processos educativos na escola.

Nessa perspectiva, Arroyo (2013) enfatiza a necessidade de reagir a subordinação de um ensino estabelecido com intenções apenas de repasse de conteúdos teóricos das disciplinas, dessa forma, os

[...] Professores (as) sentem o dever de reagir a essa subordinação diante das exigências que vem dos educandos de lhes seja garantido seu direito à educação, a formação, socialização, aprendizado dos saberes, dos vales, da cultura, das identidades. Reagindo a essa subordinação, os (as) professores (as) vão construindo em coletivo outra identidade profissional mais aberta, mais rica e enriquecedora, mais plural. Um dever profissional e existencial da condição docente-educadora (ARROYO, 2013, p 26).

O papel do educador é pautado como importante a partir desse entendimento como um profissional capaz de reagir a tantas mazelas que são enfrentados no processo de ensino e desafiador quando propõe políticas educacionais que tenham compromisso com a formação humana entre educador/

educandos, bem como sob a sua responsabilidade na atuação de um currículo dentro e fora da sala de aula.

Molina e Hage (2015) defende bem essa ideia de “[...] que os professores têm um papel e uma função social extremamente relevante, porque possuem o potencial de atuar como intelectuais orgânicos, seja da hegemonia ou da contra hegemonia” (MOLINA e HAGE, 2015, p. 125), ou seja, a partir de uma formação de educadores que possibilite processos de reflexões sobre as problemáticas políticas, econômicas e sociais que possivelmente terão que enfrentar no decorrer da docência cabendo a ele envolver os estudantes nesses processos reflexivos com leituras críticas de mundo garantidos desde a elaboração dos currículos nas escolas.

A concepção de um currículo universalizante que atribui Hage (2014) não consegue garantir as representações de características urbanas e nem muito menos rurais, quando se trata de uma “educação Problematizadora”, pois, não se trata de um currículo baseada em um modelo de ensino que valorize os educadores e estudantes em sua elaboração, dessa forma

[...] uma compreensão universalizante de currículo, orientada por uma perspectiva homogeneizadora, que sobrevaloriza uma concepção urbanocêntrica de vida e de desenvolvimento e que desvaloriza os saberes, os modos de vida, os valores e concepções das populações que vivem e são do campo, diminuindo sua auto-estima e descaracterizando suas identidades (HAGE, 2014, p. 04).

Entretanto, os povos do campo percebendo que esse currículo desconectado de suas vivências não contempla as especificidades de uma “educação problematizadora” e idealizada no campo, diante disso se vincula o fato de

[...] repensar as práticas, formular novas propostas sintonizadas com a realidade dos sujeitos do campo, ou seja, do lugar dos sujeitos do campo, sem apartá-los do mundo global, do contexto urbano, com os quais, o território do campo interage continuamente, constituindo-se em sua identidade/ subjetividade, a partir dessa interação (HAGE 2014, p. 12).

Nesse sentido, repensar essas práticas não significa apartar os conhecimentos e características externas vivenciadas no cotidiano dos educandos mais na perspectiva de atribuí-las como parte também do processo de ensino juntamente com os conhecimentos teóricos.

Os povos do campo percebem a importância de sua participação nessas etapas de construtores de conhecimento conforme diz Molina e Freitas (2012) sobre os povos do campo em seu processo de luta pela ressignificação dos saberes e conhecimento, pois,

Eles exigem tornarem-se partícipes desses processos, trazendo seus saberes e fazeres para dialogar com os conhecimentos científicos, na perspectiva de, a partir desse encontro, produzirem um novo conhecimento que os auxilie na interpretação crítica da realidade e, principalmente, na sua intervenção sobre ela (MOLINA e FREITAS, 2012, p. 25).

Diante disso, garantir o direito básico à educação escolar aos sujeitos do campo possibilitando uma percepção crítica de seu meio através desse ensino problematizando seus saberes com os conhecimentos científicos.

O ensino relacionado com essa perspectiva envolve as questões sentidas pelos educandos dentro e fora da escola apreendendo diretamente o pensamento crítico em seus sujeitos envolvidos, pois a escola não deveria se distanciar dos problemas enfrentados pelos educandos e pela comunidade.

Arroyo (2013) discute essa inserção quando diz que “[...] currículos que mostrem suas autorias como sujeitos políticos, éticos, culturais. Até como sujeitos pedagógicos autores de novos conhecimentos, de novos valores e significados.” (ARROYO, 2013, p 66 e 67), pois, os saberes e conhecimentos válidos não são apenas os dos educadores e demais profissionais da educação, mas os educandos, os pais, responsáveis, a comunidade e etc. têm muito para ensinar por meio de vivências e experiências de vida.

Assim sendo, por meio de uma elaboração de currículo como o desenvolvido na EMEF Nova Canaã, que compreenda as pessoas em geral como sujeitos carregados de conhecimentos e saberes, estes entretanto devem (e deveriam) ser valorizados como parte do processo educativo, visto que, não é apenas a educação escolar que contribuem para formação humana, mas as vivências, as relações histórico socioculturais são também aspectos formativos importantes.

Diante disso, o currículo desenvolvido na EMEF Nova Canaã passou por inúmeros momentos de debates sobre a implementação de ensino que contemplasse os anseios dos educandos e educadores no campo. Para tanto, a sua materialização elencou outras questões que precisavam do envolvimento dos todos

os educadores para que obtivessem um resultado satisfatório nos vários momentos de implementação.

Assim sendo, o currículo elaborado dessa forma exige mais dos educadores, pois, não é estático. Entretanto, leva em consideração a necessidade de ensino dos sujeitos e não apenas a formação tecnicista. Demonstrou também que o ensino em que propunha a escola pesquisada teve seu início por meio de elaboração de um currículo e do envolvimento de toda comunidade para alcançar a educação que tanto almejavam.

Com a instalação do ProInfo na escola novos debates surgiram com relação sobre sua utilização articuladas a proposta curricular para que se tornasse um recurso, dialogando com o ensino já ofertado, na qual será o próximo debate apresentado no capítulo seguinte.

3- PROINFO E O ENSINO DE LINGUAGEM DESENVOLVIDAS NA EMEF NOVA CANAÃ

Nesse capítulo apresentamos o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo a partir de decreto que o constitui fazendo uma interlocução com as aulas desenvolvidas na EMEF Nova Canaã, na qual utilizou o ProInfo como um recurso que contribuiu para a conclusão das atividades pedagógicas no ano de 2015 e para o ensino ofertado na escola principalmente na área de linguagem no período de realização desta pesquisa.

Para contribuir, utilizamos os seguintes autores: Cagliari (1982) apontando a utilização dos usos sociais da língua e da linguagem em sala de aula; Arroyo (2013) apresentando o docente- educador como um agente questionador sobre um ensino preestabelecido; Freitas (2010) abordando a utilização da tecnologia numa perspectiva de conhecimento. Utilizamos também os dados secundários de autoras que relatam a materialização da proposta curricular da escola pesquisada: Costa (2015) e Miranda (2016), ambas são educadoras da escola pesquisada.

O ProInfo foi um programa educacional do Governo Federal, lançado oficialmente em 09 de abril de 1997, pela portaria 522/MEC tendo como um dos objetivos a disseminação de informática nas escolas. Sua denominação inicial foi “Programa Nacional de Informática na Educação” e, posteriormente, já no ano de 2007 foi ampliado com a introdução de outras mídias, tornando- se ProInfo integrado, através do o decreto 6.300/MEC, de 12 de dezembro de 2007, passando a se denominar “Programa Nacional de Tecnologia Educacional” – ProInfo, dessa forma, entretanto, a sigla não foi modificada.

O programa atendeu algumas escolas públicas urbanas e do campo com a distribuição de computadores, na qual tem os seguintes objetivos, de acordo com o decreto 6.300(MEC) de 12 de dezembro de 2007:

- I – promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação nas escolas e de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II- Fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- III- Promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
- IV- Contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial e de outras

tecnologias de informação e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;

V- contribuir com a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e

VI- Fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais (BRASIL, 2015, p. 01).

O ProInfo não foi um programa discutido por parte do Ministério da Educação com a EMEF Nova Canaã para sua devida instalação, ocorrendo de forma repentina e inesperada pelos funcionários atuantes na escola da época. Considerando as dificuldades de acesso de conexão à rede mundial em escolas do campo como foi o caso da escola pesquisada, não foi possível ter o recurso de internet, impossibilitando algumas atividades do programa que demandavam o seu acesso.

Nessa perspectiva, os objetivos do ProInfo não atendiam ao que a escola desenvolvia em seu Projeto Político Pedagógico, por se tratar de algo deslocado das atividades exercidas até aquele momento na escola. Portanto, os educadores sentiram a necessidade de incluí-lo como mais um recurso tecnológico de modo a enriquecer as aulas, atendendo as especificidades locais, os recursos que dispõem no momento e não apenas como mera aula de informática aos educandos.

No ano de 2008, o Ministério da Educação, lançou uma cartilha com orientações na instalação dos laboratórios de informática nas escolas, em que ficavam especificados as “exigências” para a implantação do programa, sem considerar as especificidades de cada escola, bem como estrutura física existentes, cabendo a elas se adequar as recomendações estabelecidas para a inserção ao programa imposto nas escolas.

Nessa cartilha são citadas as recomendações para a montagem dos laboratórios de informática nas escolas rurais como: *pré-requisitos, instalação elétrica, segurança necessária exigida ao laboratório de informática, mobiliário, recomendações opcionais, disposições dos equipamentos e cuidados com os equipamentos*. No que se refere aos pré-requisitos são direcionadas as orientações recomendáveis de proteção dos computadores dispostos em sala:

O laboratório de informática deverá estar protegido de uma forma adequada contra agentes agressivos como areia, poeira, chuva, e também distantes de tubulações hidráulicas, visando garantir a integridade dos equipamentos a serem instalados, bem como a dos ocupantes do laboratório, já que tais agentes agressivos não só podem danificar os equipamentos como também provocarão desconforto aos alunos e/ou demais ocupantes dos laboratórios (BRASIL, 2018, p. 02).

Os cuidados com os equipamentos do laboratório são uma das recomendações na cartilha a fim de garantir a durabilidade em tempo hábil de uso, exigindo atenção especial na limpeza do local de instalação dos computadores, evitando os chamados agentes agressivos e organização constante dos equipamentos.

Segundo o que rege o decreto de nº 6.300 (MEC) 12 de dezembro de 2007, O Governo Federal equipou as escolas com os computadores, firmou o desenvolvimento do programa através de regime de colaborações entre a União, os Estados, Distrito Federal e municípios que fosse contemplada com o programa. Os governos estadual e municipal arcaram com infraestrutura, manutenção dos laboratórios e a capacitação dos monitores para manusear e ministrar as aulas e estabeleceu ainda sob a competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios conforme explicita o decreto 6.300(MEC) de 12 de dezembro de 2007:

- I- Prover a infra-estrutura necessária para o adequado funcionamento dos ambientes tecnológicos do programa;
- II- Viabilizar e incentivar a capacitação de professores e outros agentes educacionais para utilização pedagógica das tecnologias da informação e comunicação;
- III- Assegurar recursos humanos e condições necessárias ao trabalho de equipes e de o apoio para o desenvolvimento e acompanhamento das ações de capacitação nas escolas; e
- IV- Assegurar suporte técnico e manutenção dos equipamentos do ambiente tecnológico do Programa, findo o prazo de garantia da empresa fornecedora (BRASIL, 2015, p. 01).

As instalações dos computadores e a capacitação de profissionais para ministrar as aulas nas escolas não garantiram que o programa funcionasse de forma efetiva, principalmente em escolas no campo, onde não dispõem de infraestrutura e profissionais disponíveis ocorrendo nesses casos a adaptação e adequação do quadro de funcionários existente a um programa implantado de forma repentina e aos seus padrões exigidos.

Segundo o decreto 6.300(MEC) de 12 de dezembro de 2007, ao Ministério da Educação, coube realizar os seguintes objetivos, durante a instalação do ProInfo:

- I- Implantar ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas beneficiadas;
- II- Promover em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, programa de capacitação para os agentes educacionais envolvidos e de conexão dos ambientes tecnológicos à rede mundial de computadores
- III- Disponibilizar conteúdos educacionais, soluções e sistemas de informações (BRASIL, 2015, p. 01).

Ao funcionamento efetivo do Programa dependia da colaboração de todos os órgãos governamentais que não conseguiram cumprir todas as obrigações necessárias entre as partes, se tornando mais um amontoado de equipamentos ocupando espaço na escola que nem sempre dispõem de estrutura física para armazenar todos sem uso.

Os funcionários da escola acabavam tomando a responsabilidade de buscar soluções urgentes para o manuseio dos computadores disponíveis no exercício das aulas e que poucas vezes conseguiram o atendimento de assistência técnica com a resolução, mesmo que de forma temporária.

O ProInfo foi implantado na EMEF Nova Canaã no ano de 2010 apenas com a instalação dos computadores em sala acompanhado de treinamento de monitora para o desenvolvimento das aulas específicas. Entretanto, só iniciaram as aulas de fato no ano de 2015, por uma educadora contratada pela Prefeitura Municipal de Jacundá para essa função com turmas do 1º ano ao 9º ano e 4ª etapa da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Somente nesse período o órgão municipal conseguiu cumprir com a remuneração de monitora para atender ao programa, visto que, anteriormente outra educadora concursada já havia iniciado o desenvolvimento das aulas, entretanto, não era remunerada com essa função e dessa forma deixou de exercer as aulas no ProInfo.

Conforme está mencionada na proposta do Ministério da Educação, o ProInfo possibilitou a inserção dos educandos ao uso de informática, a utilização dos meios tecnológicos como o computador nas escolas, inclusive no meio rural, embora foi perceptível as falhas de conexão com internet ou o não acesso desse recurso,

especialmente no que refere as particularidades do meio rural não permitir acesso devido a dificuldades de sinais de linhas telefônicas.

A escola Nova Canaã, entretanto, compreendeu que os objetivos do programa por si só iria deixar essa disciplina desconexa com as demais, visto que era preciso repensar e formular objetivos atendendo a real necessidade e utilização dos equipamentos disponibilizados, inserindo-o no currículo da escola.

Para tanto, Costa (2015) enfatiza a necessidade de desempenhar o ensino por meio do que a EMEF Nova Canaã busca em sua proposta curricular com princípios de Educação do Campo baseados em Paulo Freire, na qual o ProInfo foi inserido, a partir da organização de um ensino interdisciplinar para proporcionar uma melhor compreensão dos educandos sobre o desenvolvido em sala de aula, pois,

Nesse sentido os educadores da escola vêm tentando materializar e consolidar a proposta de ensino, sendo que muitas mudanças podem ser notadas na escola, dentre outras: a pesquisa de campo como princípio educativo, a qual possibilita aos educandos irem a campo estudar sua própria realidade e construir conhecimento mais significativo para a sua vida. Além disso o trabalho organizado de maneira interdisciplinar possibilita que os educandos tenham uma visão mais ampla do objeto de estudo (COSTA, 2015, p. 8).

Nesse sentido, as aulas do ProInfo na EMEF Nova Canaã davam suporte para as diversas disciplinas contribuindo com o desenvolvimento e conclusão das atividades realizadas com os educandos. Através do planejamento semanal das aulas com os educadores da escola, era sugerido alguma atividade de suas disciplinas que necessitam da contribuição dos computadores do ProInfo seja de produção textual como a digitação das notícias para o jornal da comunidade, construção de tabelas ou digitação de entrevista em pesquisa de campo realizada.

Nessa perspectiva, as aulas do ProInfo são complementações das atividades realizadas na escola, não são aulas desconectadas das demais disciplinas, apenas uma continuação das atividades pedagógicas iniciadas. Miranda (2016) apresenta o currículo desenvolvido na EMEF Nova Canaã como uma proposta desafiadora quando não utiliza o livro didático como a única ferramenta para o desenvolvimento das aulas, mas, busca outros meios para se compreender a sua realidade divididos por eixos temáticos, pois,

Com a implantação da proposta, o trabalho é desenvolvido a partir de um eixo temático, planejado coletivamente, tendo como base, não mais o banco de conteúdo e o livro didático, mas a realidade do estudante, para, a partir dela, fazer uma leitura crítica do mundo. Os conteúdos e os livros são ferramentas e meios (não os únicos) que contribuem para o aprendizado (MIRANDA, 2016, p. 261).

E não apenas com o repasse dos conteúdos disponíveis nos equipamentos como os únicos meios de ensino, mas possibilitaram aproveitar alguns deles para alcançar outros objetivos que era o da aproximação com os conteúdos que estavam estudando/ pesquisando nas outras disciplinas.

Na área de linguagem, as aulas do ProInfo na EMEF Nova Canaã, foi utilizado na elaboração de textos digitalizados e principalmente na produção de edições do jornal da comunidade, com os educandos das turmas do 8º, 9º ano e 4ª Etapa- EJA, buscando a catalogação dos acontecimentos ocorridos na Vila e por conseguinte contribuíram para o exercício da escrita e leitura. Essa atividade de desenvolvimento do jornal foi criado em anos anteriores pela educadora de linguagem e desenvolvida novamente no ano de 2015, aproveitando os computadores do ProInfo.

As etapas para a montagem se dava em várias fases de escritas e reescritas orientadas pela educadora de linguagem para enfim serem digitalizadas nas aulas do ProInfo. Os educadores e educandos enfrentavam as dificuldades de falta de equipamentos como uma impressora para a execução das atividades, que nas duas edições do jornal foram necessários o deslocamento para zona urbana para a impressão do mesmo, além dos computadores, frequentemente estarem desativados, sendo necessário em alguns momentos o uso de computadores pessoais das educadoras da escola para que a atividade se completasse.

Percebemos que o programa apresentou muitas falhas em seu processo de funcionamento como os já citados acima, pelo fato, de não se cumprir o regime de colaboração, principalmente por parte do governo Municipal de Jacundá quanto a manutenção dos computadores regularmente, garantindo assim o funcionamento normalizado das aulas.

O número reduzido de computadores disponíveis para as aulas, mas também das condições em que se encontravam os computadores e os programas instalados não serem de fácil manutenção por se tratarem de programas pouco

utilizados e ultrapassados. Diante disso, um programa que de fato não foi possível o funcionamento na íntegra do atendimento aos objetivos que pretendia.

No entanto, o Programa possibilitou através de seus equipamentos, ora funcionando, ora com algumas limitações, o envolvimento dos alunos na produção e divulgação desse jornal e de outros trabalhos que permitiram a utilização de computadores para o seu desenvolvimento. Atividades essas, que para dar continuidade em alguns momentos, eram ofertadas com a utilização de equipamento pessoal da educadora, conforme representado na imagem abaixo:



Figura 05: Aula do ProInfo com alunos da 4ª etapa- EJA
Fonte: Francisca Pereira Lima, pesquisa de campo, 2015

Os educandos da imagem acima decidiram realizar o trabalho fora da sala de aula, aproveitado a mobilidade de um computador portátil, devido ao calor excessivo que era o espaço da sala de aula do ProInfo, pois, haviam momentos de reunir as turmas do 8º ano, 9º ano e 4ª etapa, porém, quando isso acontecia os ventiladores instalados não conseguiam amenizar.

O ProInfo funcionava numa sala específica, com instalação de quatro computadores sem acesso à conexão com internet ofertando aulas de informática, principalmente na produção textual, curso de digitação, jogos educativos, produções de tabelas e vídeos, estes disponíveis do próprio programa. A imagem abaixo, representa os momentos das aulas com parte dos alunos da turma do 8º ano.



Figura 06: aula do ProlInfo com alunos do 8º ano
Fonte: Francisca Pereira Lima, pesquisa de campo, 2015

O espaço também era utilizado para organizar outros materiais de cunho pedagógicos, jogos, livros literários e moveis da escola, por não haver outro espaço físico disponível no prédio. Em alguns momentos, dependendo da quantidade de educandos em sala de aula, o espaço se tornava um espaço de sala de aula insuficiente, desorganizado e quente.

Embora o programa não possibilitou constantemente o uso de um computador por educando durante a realização da aula porém, todos tinham acesso, mesmo que de forma limitada, a um momento com o computador, por se tratar de um processo de revezamento, possibilitando a utilização mínima dos equipamentos.

De acordo Freitas (2010) para os educadores e educandos a utilização da tecnologia digital como processo pedagógico ainda é pouco utilizada e não é percebida como uma fonte que oferece uma gama de aprendizados e ensino, para autora é preciso mudar esse patamar quando diz que:

[...] Cabe ao professor estar atento a essa nova fonte de informações para transformá-las, junto com os alunos, em conhecimento. Essa é uma das características do letramento digital: associar informações, ter uma perspectiva crítica diante delas, transformando-as em conhecimento (FREITAS, 2010, p. 348) [...]

Para ter esse olhar, os educadores precisam ter o comprometimento de um ensino aberto a perspectivas que não fosse apenas o de repasse de conteúdos técnicos mas o da troca de saberes imbricados com o educandos e comunidade escolar. Nesse direcionamento, a EMEF Nova Canaã pensou em ensinar informática através das atividades que os educandos tivessem que realizar nos equipamentos

com base nas realizações das pesquisas de campo: na elaboração do jornal, produção de tabelas, manuseio, armazenamento e produção de imagens; enfim, o ensino ofertado a partir de algo próximos aos educandos, ou seja, por meio de conteúdos empíricos se aproximando dos princípios de Educação do Campo.

Nas aulas do ProInfo, os educandos demonstravam bastante entusiasmo havendo interação entre eles e a curiosidade pela possibilidade de acesso a outros meios tecnológicos dos que estavam habituados.

Para superar a limitação de computadores foram planejadas estratégias de uso de equipamento por aluno, possibilitando um momento mesmo que curto de acesso individual com os computadores para não privar o educando do manuseio direto com o equipamento e minimamente exercitar as orientações básicas de manipulação dos programas acessados no computador

A imagem abaixo representa os educandos aguardando o momento para utilizar o computador conforme era organizado pela educadora do ProInfo em que estipulava a ordem de circulação no uso com os computadores definindo um tempo mínimo, dependendo do número de educandos por turma ou até a conclusão da tarefa por aluno no dia.



Figura 07: aula do ProInfo com alunos do 8º ano
Fonte: Francisca Pereira Lima, pesquisa de campo, 2015

Diante dessa organização de manuseio nos computadores, as atividades demandavam um tempo maior para serem concluídas, dependendo do número de educandos nas turmas e a atividade a ser desenvolvida. Assim como as limitações e dificuldades específicas de cada educando durante o manuseio nos computadores.

Para a escola acredito que foi um desafio quanto a permanência das aulas no ano de 2015, mesmo com todas essas limitações e dificuldades de limitação de computadores e dificuldades de equipamentos que paravam de funcionar esporadicamente.

Nesse sentido, o ProInfo permitiu a visão de outras perspectivas de um programa instalado sem conexão com o pretendido na escola, mas o fato de possibilitar outros objetivos diferentemente do imposto buscando outras reconfigurações possibilitando então oferecer informática aos educandos a partir das pesquisas de campo e da elaboração do jornal da comunidade, se aproximando da perspectiva de Educação do Campo.

Diante disso, Arroyo dialoga com o conceito do que ele denomina de docente-educador conseguir visualizar formas de educar em busca de objetivos fora dos preestabelecidos criando outras formas de ensinar, pois,

Ser docente-educador não é ser fiel a rituais preestabelecidos mas se guiar pela sensibilidade para o real, sua e dos educandos e criar, inventar, transgredir em função de opções políticas, éticas [...] (ARROYO, 2013, p. 51 e 52).

Vale ressaltar que os educadores da escola pesquisada não se submeteram no desenvolvimento de aulas com o ProInfo apenas com o sentido de repasse dos conteúdos que dispunham nos equipamentos, típicos do programa, mas, ampliou o repertório de conteúdos utilizando os dados das pesquisas de campo como fonte de ensino, elaborando desde a transcrição de entrevistas, produção de gráficos, organogramas e jornal da comunidade como parte integrante do ensino utilizando os computadores.

O ProInfo vem instalado com jogos, vídeos que abordavam temas de diversas disciplinas, dentre eles da tv escola sobre vários assuntos. Entretanto a escola desenvolveu outras propostas de ensino e que utilizaria situações do cotidiano dos educandos como prática pedagógica utilizando o ProInfo. Nesse sentido atribuí-las também com as atividades das disciplinas e, principalmente, com a área de linguagem para não se tornar apenas aulas de informática.

O ensino foi realizado a partir das pesquisas de campo que os educandos participaram nas reuniões da Associação local e da escola, do registro em eventos como festa junina, noite cultural e torneio de futebol devidamente orientados

anteriormente pela educadora de linguagem e resultaria em produto para o ensino de leitura, escrita e informática.

Nessa perspectiva é que são percebidas o comprometimento de um ensino para atender sujeitos que ajudaram construir currículo que a escola defende e desse modo valorizar os seus saberes locais como possibilidade de ensino.

O desenvolvimento das aulas sem essa preocupação descaracteriza os princípios pedagógicos e filosóficos que a escola defende quando realizada de forma técnica desconsiderando os conhecimentos já presentes e os modos de vida dos sujeitos. Cagliari (1982) critica uma formação de professores que buscam energicamente o repasse de orientações sobre a parte aplicada da área de linguagem como papel fundamental do educador, sem relacionar os aspectos sociais da língua e da linguagem, em suas práticas pedagógicas, em geral, quando diz que:

[...] Nossas escolas de formação de professores se preocupam muito com a parte aplicada, com técnicas metodológicas e burocracias pedagógicas, esquecendo-se do mais importante: capacitar o professor a ser alguém que conhece realmente os problemas de linguagem e, sobretudo, a língua que ensina [...] (CAGLIARI, 1982, p. 7).

Essa concepção de ensino de língua numa perspectiva técnica não é descartada por Cagliari (1982), mas é necessário ampliar para incluir outras possibilidades de ensino como os aspectos sociais que envolvem a linguagem.

A instalação do ProInfo se deu com o objetivo de disseminar a informática nas escolas públicas porém não ofereceu recursos suficientes para alcançar com sucesso seu objetivo, como a pouca quantidade de computadores comparando o número de educandos na escola, sem o recurso de navegação de internet, programas ultrapassados instalados nos computadores dificultando possíveis reparos de instalação além de falta de colaboração dos órgãos estaduais e municipais em seu funcionamento.

Nesse sentido, somente a instalação de computadores nas escolas não garante a resolução das problemáticas na educação sem ter garantido políticas duradouras e amplas na rede pública de ensino que é onde a maior parte da população frequenta e/ ou quando tem condições de acessar.

No entanto, a escola que desempenhava seu trabalho com perspectiva de Educação do Campo, elaborou propostas de ensino criando proximidade e dessa forma promovendo a inserção de informática aos educandos através do estudo da oralidade, leitura e escrita desenvolvidas com a elaboração escrita do jornal da comunidade resgatando acontecimentos ocorridos na localidade como a principal fonte de desenvolvimento de ensino. Conforme podemos detalhar no próximo capítulo como essas aulas reconfiguradas no ProInfo contribuíram para o ensino na escola Nova Canaã.

4- ENSINO DE LINGUAGEM E O PROINFO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nesse capítulo apresentamos as análises das atividades desenvolvidas na reconfiguração do ProInfo no trabalho na área de Linguagem, a partir de uma categorização prévia, selecionadas na elaboração do Jornal a Voz de Limão - JAVIL desenvolvido durante as aulas do ProInfo. Utilizamos para tanto os seguintes autores: Freire (1989) e Arroyo (2003), trazendo o debate sobre a importância do ato de ler o mundo e a importância de construir processos pedagógicos que considerem os educandos como sujeitos de conhecimento e um currículo que possibilite esse trabalho nas escolas do campo. Os autores do campo do letramento, Brito (2003) e Soares (2010); Cagliari (1982), Osias (2010) e Geraldi (2016) nas quais retratam concepção de ensino e linguagem; Miranda (2016) apontando o planejamento coletivo dos educadores como instrumento importante para a implementação de uma proposta curricular;

E ainda entrevistas semiestruturadas, realizadas com educadores da escola nos períodos entre 2014 à 2018, nos trabalhos acadêmico de tempo comunidade, que realizamos durante a graduação;

As categorias analíticas são apresentadas nos seguintes tópicos: a) o ensino numa perspectiva de Educação do Campo, b) a elaboração do Jornal a Voz da Vila Limão, c) práticas de letramento, d) o exercício da oralidade e e) o exercício da leitura e da escrita na reconfiguração do ProInfo.

4.1 – ENSINO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na tentativa de inserir no currículo um ensino a partir da realidade dos educandos como já era desenvolvido na EMEF é que foram planejadas as aulas do ProInfo numa perspectiva de educação escolar voltada para a valorização dos conhecimentos locais como parte do processo educacional, pois, estariam desenvolvendo a troca de saberes que resultariam em ensinamentos que ultrapassaria o espaço da escola.

Nesse sentido, Arroyo (2013) enfatiza que a aproximação de conteúdos com a realidade dos educandos através de uma elaboração de currículo faz o ensino se tornar mais acessível pois, estarão carregados de conhecimentos dos sujeitos que dessa forma ajudaram construir numa troca de saberes, ou seja,

[...] trazer os sujeitos para os currículos, para o conhecimento significa trabalhar o ensinar-aprender sobre as experiências de vida dos seus sujeitos e não sobre materiais distantes, abstratas, significa aproximar mestres e alunos entre si e com os conhecimentos (ARROYO, 2013, p. 153).

Para o autor, assim se dá as disputas por currículo que não é apenas pelos especialistas na área educacional carregados de diplomas, mas pode ser preenchida por quem vai frequentar o espaço escolar trazendo suas experiências para a educação. E que esses sujeitos se sintam como parte na construção desses saberes, numa proposta em que o ensino se dá também fora da escola. Diante disso, para o autor, o ensino se torna mais rico nesse sentido, pois, “os professores que ousam dar vez à riqueza de vivências dos educandos e dos coletivos percebem que os currículos enriquecem” (ARROYO, 2013, p. 266).

A EMEF Nova Canaã ampliou seu currículo não somente com a inserção de saberes dos sujeitos da comunidade mas incluindo também os educandos em suas práticas pedagógicas voltadas para o estudo da realidade deles e dessa forma proporcionando uma maneira de educar que não estigmatiza o educador como percursor de todo conhecimento.

Nesse sentido, Freire (1987) apresenta duas concepções de educação: a “bancária e a problematizadora”. A primeira entende os educadores como sujeitos que precisam ser depositados ensinos considerando os educandos como incapazes de transmitir conhecimentos. Na concepção da “educação Problematizadora” o ensino se dá através do diálogo entre educador- educandos nas quais os compreende como detentores também de conhecimento não fixando o poder de ensino apenas nos educadores.

Enquanto, na concepção “bancária” – permita-se-nos a repetição insistente – o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com

ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1987, p. 71).

Desse modo, a EMEF Nova Canaã procurou desenvolver a “educação Problematizadora” defendida por Paulo Freire, pois através da reconfiguração dada ao ProInfo para contribuir com o ensino na escola que promove a troca de experiências e saberes entre o educandos e educadores na medida em que ensina também aprende valorizando ao mesmo tempo os saberes adquiridos fora da escola.

No entanto, a proposta de ensino no ProInfo inicialmente era a partir dos conteúdos que dispunham os equipamentos através de jogos, vídeos e exercícios de digitação. Diante do que a escola já desenvolvia, as aulas do ProInfo nesse sentido, ficariam distantes com as atividades pedagógicas realizadas com as disciplinas e através da produção do jornal da comunidade, os educandos poderiam exercitar o ensino de informática ao mesmo tempo em que desenvolveriam habilidade na área de linguagem.

O ensino ofertado na EMEF Nova Canaã, especialmente aos educandos dos anos finais, tinha como objetivo a partir dessa atividade de elaboração do jornal, intensificar a prática de leitura e da escrita, mediatizado pelo diálogo como categoria Freireana, buscando assim, ampliar os saberes e aprendizados, superando as dificuldades e o amadurecimento nas etapas de ensino seguintes.

Na escola, ao longo dessa pesquisa, o corpo docente se mostrou preocupado em desenvolver um ensino que trouxessem provocações nos educandos, estudando o que eles vivenciam em seus cotidianos e dessa forma, pudessem problematizar assuntos recorrentes percebendo como tais situações afetam direta ou indiretamente em suas vidas na medida em que desenvolviam a atividade articulado ao currículo da escola.

Para tanto, Miranda (2016) apresenta o currículo da escola Nova Canaã como uma proposta de ensino que busca envolver as temáticas vivenciadas pelos educandos como perspectivas de aprendizado e a partir do estudo das problemáticas presentes em seus cotidianos, que por sua vez estão inseridas no currículo, possam então refletir sobre elas,

Nessa perspectiva, o currículo deixa de ser o currículo tradicional em que todas as ações e metodologias planejadas são centradas no

conteúdo programático de ensino, passando a ser o currículo que dialoga com a realidade dos sujeitos que interage com a dinâmica da vida, com seus conflitos, suas culturas que problematiza o mundo, que possibilita a formação crítica dos sujeitos (MIRANDA, 2016, p. 250).

Diante disso, Miranda (2016) apresenta ainda o planejamento coletivo como essencial para o desenvolvimento do currículo e atividades pensadas pelo grupo de educadores bem como um momento de trocas de experiências e de avaliação das propostas realizadas de modo a contribuir com processo de ensino na escola, visto que,

[...] o planejamento coletivo, é um dos elementos importantes nessa nova concepção de escola, os educadores passaram a se reunir com frequência para planejar as atividades a serem trabalhadas em sala de aula. Nesses encontros se constrói cada atividade, as dúvidas e dificuldades são compartilhadas e das soluções construídas no conjunto. Os encontros possibilitaram a mudança na forma de trabalho na escola, pois foi a partir deles que criou-se a necessidade de produzir a proposta curricular para direcionar de forma sistematizada o trabalho desenvolvido (MIRANDA, 2016, p. 262).

Nessa perspectiva, a escola desempenha atividades planejadas coletivamente se aproximando da “educação problematizadora” na qual Freire (1987) apresenta como uma proposta de ensino. A “educação problematizadora” baseada no diálogo entre educador e educandos valorizando os seus saberes e culturas como parte do processo educacional também na escola, diferentemente da educação bancária em que o educando é um sujeito vazio que precisa ser depositado conhecimentos, portanto,

Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária. (FREIRE, 1987, p. 68) [...]

Nesse sentido a EMEF Nova Canaã desempenhou um ensino valorizando os saberes dos educandos e dos sujeitos da comunidade a partir do jornal.

Portanto, o corpo docente acreditava nesse tipo de educação que se aproxima dos princípios de educação do campo baseados em Paulo Freire através do desenvolvimento de atividades dialogando com a realidade dos educandos em suas práticas pedagógicas das quais a reformulação do ProInfo foi articulada

justamente para trazer as propostas de ensino que a escola já desenvolvia ao programa instalado na escola.

Nessa perspectiva, articulando os saberes locais na integração de um currículo elaborado coletivamente para o ensino através de propostas de ensino como foi o caso da reconfiguração dada ao ProInfo, através das pesquisas em reuniões ocorridas no espaço onde vivem. Para isso, os educadores se propuseram no desafio de desenvolver aulas numa perspectiva de Educação do Campo, pois, estavam dialogando com as vivências dos educandos a partir da realidade deles resultando na promoção do ensino- aprendizagem e da formação humana.

4.2 - A ELABORAÇÃO DO JORNAL A VOZ DE VILA LIMÃO

Para colaborar com o ensino na escola dialogando com os saberes sociais dos sujeitos da comunidade foi utilizada a elaboração do JAVIL- Jornal a Voz de Vila Limão pelos educandos das turmas 8º ano, 9º ano e 4ª etapa(EJA), como uma estratégia de ensino no sentido de utilizar os computadores com o objetivo de ampliar o estudo da linguagem utilizando as competências da oralidade, leitura e escrita com temas recorrentes na comunidade e ao mesmo tempo ampliar o estudo de informática, porém com o diferencial que foi a elaboração de algo concreto em que a escola planejou como uma atividade a partir da realidade dos educandos.

Com a instalação do ProInfo na EMEF Nova Canaã houve a necessidade de inserir o programa ao currículo de educação do campo que a escola desempenha com o intuito de criar conexões com as atividades de ensino já iniciados anteriormente e partindo desse pressuposto dando suporte para a elaboração efetiva do Jornal a Voz de Vila Limão – JAVIL que no ano de 2015 integrou a proposta curricular da escola, dentre outras atividades que demandavam ou não o uso de computadores ao longo do ano letivo.

Diante disso, os educandos foram orientados pela educadora de linguagem a participarem de reuniões da Associação da comunidade, da escola e eventos ocorridos na comunidade registrando toda a atividade com fotografias, observações, anotações manuscritas e posteriormente também digital utilizando os equipamentos do programa. A partir daí a elaboração de notícias que preencheram duas edições

do jornal da comunidade serviu como base para o ensino de conteúdos relacionados a informática, compreensão de mundo, exercícios de oralidade, leitura e escrita.

O ensino de informática ocorreu durante o processo de elaboração do jornal. A digitação das notícias constituiu um processo para ensino de utilização do word. Os educandos foram orientados a digitar ou construir os recortes das notícias. Elas eram revisadas pela educadora de linguagem e a formatação delas eram inseridas dentro do programa publisher já orientadas pela educadora do ProInfo. Outros educadores orientavam os trabalhos também na produção de tabelas do excel e gráficos no word.

O armazenamento das imagens dentro das pastas, e posterior seleção, catalogação e registro em diferentes pastas por atividades, buscava incentivá-lo ao uso de diferentes recursos. Também possibilitou o uso de outros programas básicos, instalados nos computadores, tais como: os programas do Office: word, excel, power point; publisher e dentre outros.

Na figura 08 abaixo apresentamos uma das edições do jornal em fase concluída:



Figura 08: Jornal a Voz de Vila Limão
 Fonte: Francisca Pereira Lima, pesquisa de campo, 2015

Essa atividade foi desenvolvida ao longo de vários meses desde sua concepção até a versão final do jornal. Sua elaboração demandou a participação em várias atividades e registro desses momentos divididos em grupos de educandos, escolhidos pela educadora de linguagem. Foram definidos que eles participariam em reuniões na associação, reuniões na escola com os pais dos educandos, comemorações do dia das mães, pais, crianças, festas juninas e noites culturais realizadas pela escola pesquisada.

Esse material foi socializado pelos próprios educandos em apresentação oral e no formato escrito para as famílias nas noites culturais realizadas pela escola. Eles também apresentaram todo o processo de produção do jornal, bem como os critérios que eles utilizaram para a escolha das notícias que seriam publicadas.

Brito (2003) enfatiza a ideia de que a ampliação do conhecimento linguístico no ambiente escolar é necessário no sentido de criar condições aos educandos sobre as situações sociais de utilização da leitura e da escrita, pois, [...] o que se busca é a ampliação do conhecimento linguístico do sujeito. Criando condições para que possa usar a leitura e a escrita como instrumento de participação social (BRITO, 2003, p. 22).

A escola Nova Canaã não utilizava apenas o estudo de conteúdos técnicos e convencionais como único instrumento, no entanto, o ensino durante o ano de 2015 com as respectivas turmas pesquisadas era utilizado também os textos que os educandos participavam e elaboravam sobre as reuniões sendo também a base para o estudo de informática, organização de texto, exercícios de leituras e escritas, ou seja, a escola criou situações por meio dos saberes locais para o ensino de acordo com a reconfiguração dada ao ProInfo, por exemplo.

E não focando apenas ao ensino moldado em que o programa estipulava, sobretudo realizando situações vividas pelos educandos para dialogar com os conhecimentos da prática e técnica.

Abaixo segue tabela com a descrição das atividades para a elaboração do jornal JAVIL com a apresentação dos meses de atuação relacionados ao ano de 2015, visto que o jornal foi preparado em duas edições durante o ano letivo seguindo uma sequência de organização de atividades, conforme pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 1: Registro de etapas para a elaboração do jornal JAVIL

ATIVIDADE	MÊS DE ATUAÇÃO
Registro escrito e catalogação de imagens em reuniões e atividades ocorridas na comunidade;	Abril à junho (1ª edição) e de agosto à dezembro (2ª edição)
Correção individual dos textos manuscritos;	Março à maio (1ª edição) e de agosto à novembro (2ª edição)
Digitação dos textos nos computadores do ProInfo	Abril à junho (1ª edição) e de agosto à dezembro (2ª edição)
Última revisão dos textos digitados pelas educadoras de linguagem e do ProInfo	Junho (1ª edição) e dezembro (2ª edição)
Montagem do jornal JAVIL nos computadores do ProInfo	Junho (1ª edição) e dezembro (2ª edição)
Apresentação do JAVIL à comunidade em noite cultural	27 de Junho (1ª edição) e 18 de dezembro (2ª edição)

Fonte: Sistematização da pesquisadora, pesquisa de campo, 2015.

Nesse sentido, Brito (2003) lembra a perspectiva de um ensino que busca a elaboração da base curricular que valorize os sujeitos dela envolvidos num processo de constante aprendizados utilizando os saberes empíricos como parte integrante das atividades pedagógicas numa perspectiva de melhorar o ensino, pois,

[...] a maneira de garantir a melhoria das condições e da qualidade da educação é elaborar um currículo diversificado e participativo, definindo a partir das necessidades e dos interesses dos envolvidos no processo pedagógico, considerando-se a realidade sócio-cultural, científica e tecnológica e reconhecendo que resulta da vida –vívda (BRITO, 2003, p. 50)

Para Brito (2003) a escola tem o papel de se preocupar com a formação humana dos sujeitos, estimulando a criatividade a partir de relações entre conhecimentos de mundo e conteúdos técnicos como proposta de ensino, ou seja,

O papel fundamental da escolarização deve ser contribuir para a formação de sujeitos capazes de investigar, descobrir, articular, aprender, em suma, capazes de a partir de objetos do mundo conhecidos, estabelecer uma relação inusitada entre eles (BRITO, 2003, p. 205 e 206) [...]

Diante disso, a proposta de educação desenvolvida na EMEF Nova Canaã evidenciou um ensino sob a perspectiva de formação de sujeitos a partir da elaboração do jornal JAVIL e das situações recorrentes na comunidade se transformar em ensino. A partir de uma proposta de currículo que considera os conhecimentos dos sujeitos do campo como parte do processo formativo dos educandos e a utilização dessas atividades demonstraram que o ensino voltado para a realidade pode também trazer muitos elementos para o ensino em sala de aula.

4.3 – PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Para a categoria de análise sobre o letramento dos sujeitos observados nas reuniões frequentadas pelos educandos se destacam os saberes sociais dos moradores da comunidade participantes nas reuniões e dos educandos tendo em vista que adquiriram a partir do contato em espaços coletivos.

Nessa perspectiva, a atividade com o uso dos computadores do ProInfo permitiu aos educandos aprendizados através dos saberes sociais dos indivíduos moradores da comunidade presentes nas reuniões em que participaram por meio do letramento que independem do domínio da leitura e da escrita embora se envolvam e se situam em práticas coletivas sociais dos sujeitos adquiridos com a participação efetiva em espaços socioculturais e/ou nos processos em que a cultura letrada se constitui.

Soares (2010) apresenta o conceito de letramento como práticas coletivas e sociais da leitura e escrita, pois, o “[...] Letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social (SOARES, 2010, p. 72)”.

Nesse caso, a escola contribuiu para a formação dos educandos usando o letramento desses sujeitos do campo em suas práticas pedagógicas havendo o reconhecimento dos saberes que a comunidade dispõe unindo alguns ensinamentos para o convívio em sociedade que exige o uso da leitura e da escrita.

O ensino com a leitura e escrita vincula o estudo do letramento articulado ao uso social em cultura escrita, conforme diz Brito (2003):

Nesse sentido aprender a escrita supõe o letramento dos sujeitos – letramento entendido como a condição de quem interage com diferentes discursos, saberes e comportamentos articulados em função da cultura escrita [...] (BRITO, 2003, p. 43)

O letramento dos sujeitos da comunidade foi significativo no processo de ensino e de aprendizado no sentido de transmitir os saberes a partir das reuniões em que os educandos participaram através de experiências e conhecimentos empíricos que não se encontram em conteúdos tradicionais em grande parte nas escolas. E os educandos puderam exercer suas condições de letrados referente ao uso dos computadores, pois, apresentavam habilidades no uso dos computadores, reconhecendo semelhança ao manuseio com celulares em seus cotidianos, facilitando o desenvolvimento da atividade e a prática de ensino.

Outra categoria de análise se tratou o letramento digital na escola pesquisada tendo em vista que apenas contemplação de computadores do ProInfo nas escolas. A existência dos computadores, no entanto, não significa que o programa ofereceu recursos digitais disponíveis, que demandaria não só os equipamentos físicos, mas o acesso a internet e a preparação de profissionais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas atribuindo o ensino aos recursos digitais.

O letramento digital não era possível efetivar apenas com os recursos encaminhados para a EMEF Nova Canaã. Havia deficiências na instalação do Programa, como a falta de acesso à internet, falta de manutenção dos equipamentos e número reduzido de computadores.

Entretanto, foi definido que uso dos computadores com ferramenta para contribuir no processo de ensino aprendizagem. Utilizando como conteúdo, notícias que ocorrem em seu cotidiano possibilitou que os usos sociais da língua pudessem ser problematizados e incentivados. Ele contribuiria no ensino da leitura e da escrita, utilizando além da construção do texto escrito, outros recursos possibilitados para o ensino das normas cultas.

A aprendizagem dos programas de informática seriam parte da estratégia da escrita e a reescrita dos textos, objetivando não apenas o repasse técnico da língua padrão, nem a memorização mecânica dos programas, mas como parte que pudesse ampliar seus conhecimentos, utilizando de forma significativa em seus aprendizados.

Era interesse de vincular essa atividade a uma ação maior que é a proposta curricular da escola. No relato abaixo, havia a preocupação dos computadores contribuírem no processo de ensino aprendizagem e com a formação humana dos educandos. Buscando ampliar seus conhecimentos para que pudesse utilizar essa ferramenta, com sentido. Segundo o que conta a educadora entrevistada na época:

A visão que eu tenho hoje é que a gente tentar fazer um trabalho que valoriza o jovem da comunidade, que faça o jovem refletir, pensar sobre sua vida. E que não traga aquela abordagem de que antes acabava tendo preconceito, com as pessoas do campo. Eu acredito que tínhamos que valorizar nossa cultura, que seria a importância principal também, trabalhar bastante a realidade dos jovens da comunidade, problematizar com os jovens da comunidade no intuito que essa educação seja para melhorar a nossa comunidade (R.R. M., educadora da EMEF Nova Canãa, entrevistada em 01/04/2015, p. 04).

No relato também podemos perceber uma preocupação com a valorização da cultura camponesa no processo educativo, causada pelo preconceito presente na sociedade no imaginário social que foi construído também com a denominação do Jeca Tatu, como os agricultores como ignorantes.

A Educação na Escola Nova Canãa busca incluir os jovens no mundo tecnológico, lhe possibilitando conhecimento para usar esses recursos, mas ressignificando sua cultura. Buscando apresentá-los como construtores da história e que os problemas que enfrentam precisam ser lidos criticamente, como parte do processo de desigualdade que enfrentamos nessa sociedade.

Nesse sentido, a EMEF Nova Canãa buscou que essa ferramenta se tornasse um símbolo do processo dialógico que se queria construir. Superar a concepção de educação apenas como repasse de conteúdos programáticos e buscando construir um processo de ensino aprendizagem, mediatizado pela tecnologia, mas que a troca de conhecimento e a construção de um conhecimento significativo, que os estudantes pudessem problematizar e participar ativamente da construção das atividades propostas. A base do trabalho coletivo era o diálogo entre educandos, educadores e a comunidade que o cerca.

As estratégias de ensino de incentivo à oralidade, à leitura e à escrita contribuíram de certa forma no aprendizado dos educandos através da elaboração do JAVIL, pois, trouxeram possibilidades no exercício da fala e escrita em gênero incomum como a notícia. A escrita de acontecimentos que cercavam a realidade

desses educandos e que eles pudessem selecionar quais se tornariam notícias, foi a base para construir essa relação entre o ProInfo e o currículo da escola.

O critério de escolha das notícias ocorria conforme fosse melhor detalhada a produção escrita e ainda usava-se o critério de juntar os textos em duplas ou trio para que assim obtivesse riqueza nos detalhes descritos. Geralmente mais de um educando escrevia sobre a mesma reunião ou evento e para aproveitar a escrita de todos utilizava-se esses critérios, visto que era um exercício constante de memória e aprendizados adquiridos nas quais relatavam.

Portanto, a percepção dos educadores da escola de que os letramentos dos sujeitos trazem ensinamentos que podem ser utilizados como prática educativa pode ser considerada, quando levada em consideração no espaço escolar e de certa forma valoriza os sujeitos da comunidade como parte integrante na construção do conhecimento dentro e fora da escola.

4.4 – EXERCÍCIO DA ORALIDADE

A categoria da oralidade para análise desse estudo se destaca pelo fato de que a pesquisa ocorreu a partir das falas registradas nas reuniões em que os educandos participaram e que resultou em produções escritas constituindo o Jornal da comunidade a partir da oralidade das pessoas observadas nas reuniões. Vale ressaltar, não foram tratadas com veemência as questões sociolinguísticas relativas a variações da língua, devido ter o interesse apenas de catalogação dos fatos para a produção de notícias que constituiu o jornal.

Alguns aspectos merecem destaque, visto que os educandos tiveram a experiência de desenvolver atividades inicialmente com os gêneros orais para a elaboração desse jornal participando de reuniões e festas culturais na comunidade através de observação, registro por meio da escrita e fotografias.

Nesse sentido puderam trazer questões, dúvidas e debates para a sala de aula sobre o que percebiam, conseqüentemente construindo novos saberes através de socialização nas quais também perceberam a dicotomia entre a fala e a escrita, bem como da contextualização entre ambas.

A linguagem oral que é a primeira forma de comunicação apreendida pelos sujeitos deveria ser melhor analisada nas atividades pedagógicas dentro da sala de

aula, ou seja, fazendo parte também da cultura escrita como um recurso na compreensão de sociedade de cultura oral e que exige um certo grau de conhecimento para reconhecimento enquanto sujeito pertencente ao mundo letrado.

Geraldi (2016) critica a ideia de que apesar de sermos de cultura oral os estudos sobre a leitura e a escrita nas escolas são pouco articuladas a oralidade e estipulados patamares de gêneros textuais que nem todos as pessoas têm familiaridade, quando diz que:

No entanto, penso que continuamos, nós brasileiros, membros de uma sociedade de cultura tipicamente oral. E que esta característica se mantém mesmo com as novas formas de escrita e novas formas de leitura. Obviamente isto coloca para a escola desafios múltiplos, porque pretende ensinar a ler e a escrever num nível muito profundo e muito menos acessível do que aquele a que grande parte da população tem acesso (GERALDI, 2016, p. 6).

De fato, o estudo quase unânime da leitura e escrita nas escolas sem aprofundar a oralidade dos sujeitos se reflete devido às exigências de repasse de conteúdos para o exercício da leitura e escrita, estes cobrados no processo de inclusão no mundo da escrita. Acontecem também para atender a demanda de avaliações externas da escola e dos educandos e por essa razão oralidade não consiga espaço nas escolas e não consiga espaço para de certa forma ser absorvido claramente como ensino para a vida.

O autor acrescenta ainda o fato do educando se tornar sujeito que valorize o uso da língua falada e da língua escrita ambas com relevância no processo de comunicação dos indivíduos sem classificar uma como superior a outra, porém compreender as suas especificidades bem como saber utilizar cada uma para o exercício da comunicação em momentos que achar conveniente.

Osias (2010) também classifica a língua oral como um mecanismo que deveria ser melhor estudada por se tratar de um gênero importante utilizado pelos sujeitos falantes e explorada para o desenvolvimento de ensino nas escolas justamente por se tratar de algo tão comum carregado de significados e importância, visto que "O ensino de língua oral ocupa pouco espaço nas escolas, o que é, de certa forma, contraditório, uma vez que, antes mesmo de aprendermos a ler e a escrever, já falamos (OSIAS, 2010, p. 9).

A utilização do gênero oral estudado na escola pesquisada se tornou em gênero escrito e materializado na elaboração do jornal da comunidade, por essa razão trouxe muitos saberes aos educandos quando se sentiram provocados a questionar situações que ocorriam na comunidade justamente por eles, as crianças, jovens e adultos, muitas das vezes não participar diretamente nesses espaços de tomadas de decisões coletivas como é o caso de deliberações levantadas na Associação da comunidade e nas atividades extra classe da escola. No entanto, essa curiosidade e inquietação foram sentidas pelos educandos através da elaboração das notícias.

Assim sendo, a escola buscou o estudo da língua falada se transformar em língua escrita quando registrou fatos das reuniões em que os educandos participavam. Dessa maneira, provocava muitos momentos de elaboração e reelaboração dos textos bem como a compreensão de determinadas características específicas do exercício da fala e da escrita.

As sistematizações das reuniões na construção das notícias foram intensificadas provocando momentos de captação da oralidade para o registro escrito da notícia sendo necessários períodos de elaboração do texto falado para o texto escrito proporcionando um entendimento de que nesse caso a escrita não poderia ser igual a da fala exigindo um processo de reelaboração.

No recorte abaixo, em destaque o trecho de um texto digitalizado sobre uma reunião com a Associação local e representante da Secretaria de Meio Ambiente o educando reproduz o diálogo ocorrido na reunião tentando representar a fala do mesmo modo em que ocorre a oralidade. Esse texto inicialmente para obter as características de notícia de jornal precisava de melhor organização a escrita, conforme pode ser visualizada:

Recorte 03: Trecho de texto para o jornal da comunidade em fase inicial:

Agrovil promove reunião com representante SEMATUR de Jacundá professores alunos e trabalhadores e trabalhadoras da vila limão

[...]

Iniciou a reunião com representante do meio ambiente sendo citado o nome das pessoas á iniciar o senhor Cledeilton dando as seguintes informações dizendo que as pessoas que derrubar mata nativa será multada com uma multa que varia de cinco a cinquenta mil reais afirmou ainda que pra fazer uma roça em juquirão tem que ter licença ambiental.

Cledeilton falou de um modulo eu perguntei o que é um Modulo e ele respondeu que é uma área com 70 hectare acima em que precisa de vistoria de um engenheiro agrônomo para te dar sim ou não uma licença ambiental. Falou também que a pessoa recebendo o licenciamento mas não fica livre se for o caso de multa, dizendo ser lei federal.

....

Estudante da 4ª etapa EJA

Fonte: sistematização da pesquisadora, pesquisa de campo, 2015

O processo de digitação dos textos, proporcionaram aos educandos experiências e aprendizado de outro recurso para a escrita com relação ao texto manuscrito, sua primeira experiência de escrita. O manuseio dos computadores, a escrita e a formação dos textos, que permitiam a reescrita com facilidade, foram recursos utilizados para o aprendizado da digitação e da produção textual.

Para essa atividade, foi fundamental o uso dos computadores. O ProInfo se tornou um recurso tecnológico utilizado para contribuir para o exercício da textualidade do relato oral, na escrita e na reescrita de textos, por meio da elaboração do Jornal a Voz de Vila Limão – JAVIL. Essas atividades foram desenvolvidas com as turmas do 8º, 9º ano e 4ª etapa da EJA, turmas que já tinham um grau de escrita que possibilitava o aprofundamento da digitação.

Houve muitas dificuldades, no que se refere a falhas no funcionamento dos aparelhos do ProInfo. Alguns equipamentos apresentavam defeitos e não foram resolvidos pelos órgãos municipais durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Bem como, os diferentes graus de contato com o computador dos educandos, que nem sempre permitia um maior aprofundamento no ensino dos programas e não permitiu avanço na produção de textos de diferentes formatos.

4.5 – O EXERCÍCIO DA LEITURA E DA ESCRITA

Uma categoria de análise que mereceu destaque foi o exercício da leitura e escrita durante a elaboração do JAVIL na medida em que os educandos eram orientados a observar registrando as reuniões, reler e transcrever os textos para a produção das notícias.

Os educandos, durante as observações no ano de 2015, na medida em que participavam das reuniões deliberativas que a Associação local desenvolvia para a tomada de decisões, fortalecimento, formação dos associados e também dos eventos ocorridos na comunidade. Os educandos foram provocados a analisar os acontecimentos em que participavam, observando as falas e as ações ocorridas nesses eventos e dessa forma foram incentivados a realizar leituras dos registros, construindo um exercício a partir da leitura de mundo tratada por Freire (1989) em um processo de ensino aprendizagem em comunhão com o ato de ler e escrever, ou seja,

[...] que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos (FREIRE, 1989, p. 13).

Nessa perspectiva, a leitura e a escrita realizada sobre os fatos próximos aos educandos possibilita uma educação que não fosse apenas de memorização dos códigos alfanuméricos, visto que no caso dos registros das reuniões que os educandos desenvolveram, os educandos estavam realizando a leitura e a escrita de algo que presenciaram sistematicamente. Mas também eram provocados a analisar as situações e problemas que presenciaram como uma possibilidade de criar resoluções ou o simples fato de se informar sobre os fatos ocorridos em seu espaço de convivência.

Nessa perspectiva, o exercício da leitura, segundo Cagliari (1982) requer algumas habilidades que ultrapassa o domínio da decodificação de letras e símbolos, pois, [...] a leitura pressupõe um amadurecimento de habilidades linguísticas, desde o processo de produção oral da fala, até o raciocínio sobre um pensamento exterior, expresso por outra pessoa (CAGLIARI, 1982, p. 12).

De fato, conforme são orientadas o exercício de leitura mais serão aprimoradas nosso conhecimento através do ato de ler enriquecendo cada vez mais as habilidades dentro de uma cultura letrada.

O ensino-aprendizagem da leitura e da escrita foram intensificados a partir dessa atividade. O aprendizado não era através da memorização mecânica, mas de um processo ativo e criativo que pudessem desenvolver as habilidades necessárias a partir de um ensino crítico. Soares (2010) apresenta que o ensino da escrita é completo porque

A escrita engloba desde a habilidade de transcrever a fala, via ditado, até habilidades cognitivas e metacognitivas; inclui a habilidade motora (caligrafia), a ortografia, o uso adequado de pontuação, habilidade de selecionar informações sobre um determinado assunto e de caracterizar o público desejado como leitor, a habilidade de estabelecer metas para a escrita e decidir qual a melhor forma de desenvolvê-la, a habilidade de organizar ideias em um texto escrito, estabelecer relações entre elas, expressá-las adequadamente (SOARES, 2010, p. 70).

Para Soares (2010) a escrita exige o domínio de certas habilidades de organizar os pensamentos e as ideias, em símbolos escritos. E que por conseguinte, não se separa da leitura, pois se complementam. Nesse sentido, os educandos aprendiam a construir a reescrita dos textos, ao mesmo tempo, debatiam o conteúdo das reuniões que participaram. Praticavam a leitura dos textos escritos, reliam exercitando a memória coletiva dos demais educandos que participaram das reuniões ou recorrendo às gravações de áudio, permitindo contribuições para o enriquecimento nas produções escritas até nos momentos de digitação dos textos, quando percebiam a falta de alguma informação.

Portanto, o ensino da leitura e da escrita, a partir da produção e da reescrita foram recorrentes, em todas as etapas do trabalho. E, por fim, foram submetidos a realizar a leitura do jornal em público, nas apresentações das noites culturais. Esse momento, já demonstravam domínio justamente do conteúdo e da expressão oral, por ser um exercício constante no trabalho desenvolvido na escola.

Diante disso, tentando responder a pergunta dessa pesquisa podemos concluir que as aulas do ProInfo foram reconfiguradas para complementar o ensino na escola Nova Canaã atribuindo conteúdos e metodologias em que os educandos vivenciam em sua comunidade como foi o caso da elaboração do JAVIL tornando o

ensino mais acessível no sentido de se aproximar aos fatos ocorridos na localidade como um mecanismo que possibilitasse ensino-aprendizado aos educandos, ou seja, buscando novas perspectivas de um ensinar/ aprender valorizando os saberes dos sujeitos em igual patamar com os conteúdos tradicionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa buscou compreender a implantação de um programa de informática na EMEF Nova Canaã, que vislumbrava construir uma proposta pedagógica a partir dos princípios da Educação do Campo, ao mesmo tempo que o governo federal intervém no cotidiano da escola, implementando um programa de informática, tendo como referência outra política. A tentativa de construir um diálogo entre essas ações, que são políticas desarticuladas implementadas pelo Ministério da Educação para as escolas do campo, que incluía a política pública de formação de professores na perspectiva da Educação do Campo.

O questionamento inicial dessa pesquisa era problematizar o programa, compreendendo a reconfiguração através da proposta curricular, baseadas nos princípios de Educação do Campo que era defendida pela escola pesquisada, especificamente o trabalho com o ensino na área de linguagem

Em relação ao objetivo específico que era compreender o conceito de currículo e de Educação do Campo, os referenciais para a construção da proposta curricular da escola Nova Canaã, podemos afirmar que dentre os conceitos de currículo, se destaca a concepção de que ele é um instrumento fundamental na escola assim como os sujeitos. Portanto, elenca processos de disputas pela autonomia em sua elaboração com intuito de defender propostas de ensino que acreditam.

Os povos do campo buscam essa autonomia também através de elaboração de currículo que atenda às suas especificidades baseados em princípios de Educação do Campo freireanas, constituindo seus saberes como parte do processo educativo escolar. Nesse sentido, o desafio de um ensino numa perspectiva de Educação do Campo precisa levar em consideração os sujeitos desse espaço e suas especificidades inseridas em um currículo.

Diante disso, a EMEF Nova Canaã elaborou sua proposta curricular entendendo que a educação escolar não pode se apartar dos conhecimentos empíricos dos sujeitos do campo.

Em relação ao segundo objetivo, que visava descrever a proposta oficial do ProInfo e a estruturação na escola Nova Canaã, destacando a concepção de linguagem que estava subentendida, demonstramos que ProInfo foi um programa de informática instalada no campo sem nenhuma discussão com o coletivo da escola. A proposta inicial do Programa era o desenvolvimento de aulas de informática usando apenas os materiais disponíveis nos programas específicos dos computadores como vídeos, jogos, e exercícios elaborados.

No entanto, a escola Nova Canaã compreendeu que era necessário inserir o ProInfo a proposta curricular através de uma reformulação das atividades pedagógicas. O ensino de informática se daria por meio de elaboração do jornal da comunidade articulado com a disciplina de linguagem, desde a digitação de textos, leituras, e montagem final catalogando todas as notícias, divididos em dois semestres. E ainda, dava suporte para as demais áreas de conhecimento com atividades que exigissem o uso de computadores.

Destacamos também que conforme o desenvolvimento das atividades os desafios surgiram relacionados a quantidade insuficiente de computadores, a falta de equipamentos complementares como uma impressora, internet, a precariedade nas condições físicas dos equipamentos e falta de colaboração de esferas governamentais previstas em decreto. Por isso, o Programa não permitia em alguns momentos a realização das atividades em tempo previsto. Então, coube ao corpo de educadores da escola encontrar possíveis soluções imediatas para o cumprimento das atividades criando estratégias de uso dos computadores em alguns períodos do ano letivo

Portanto, podemos constatar que apenas a distribuição de equipamentos nas escolas sem fornecer subsídios suficientes para implementações de atividades não garantiu a eficiência plena para a inserção do uso de informática na educação básica como um recurso necessário ao ensino, partindo do pressuposto de que é preciso oferecer condições e políticas educacionais discutida coletivamente sobre as especificidades de cada localidade.

Em relação ao último objetivo específico que era analisar as atividades realizadas pelo ProInfo como um instrumento no ensino de linguagem na reformulação do currículo da Educação do Campo podemos afirmar que a luta busca por proposta pedagógica em uma concepção de educação, que atenda as especificidades dos povos do campo exigiu do grupo de educadores organização,

planejamento, e uma percepção ampla de ensino que não se restringe a repassar os conteúdos já listados e repassados pelo governo federal, em seus diferentes níveis, o que inclui o ProInfo.

Diante disso, o ensino ofertado através da área de linguagem e do ProInfo possibilitou por meio da atividade de elaboração do jornal da comunidade, a aproximação dos educandos aos acontecimentos ocorridos na localidade. Portanto, a junção de conteúdos empíricos para o ensino de informática, por exemplo, permitiu análises também das práticas de letramento dos sujeitos do campo como fonte de ensino, pois, estavam relacionados ao estudo dos conhecimentos dos sujeitos daquela localidade.

Para esse estudo, as análises do exercício da oralidade se fundou apenas na sistematização dos fatos para a produção de notícias para o jornal, entretanto, trouxeram reflexões da pouca usabilidade do gênero oral dentro da sala de aula e percebida muitas vezes como inferior no que se refere conhecimentos letrados quando comparados a cultura escrita.

No exercício da leitura e escrita se destacaram as leituras de mundo que ultrapassam a decifração de códigos alfanuméricos ensaiados pelos educandos. Diante disso, levantavam questionamentos a partir das oralidades pesquisadas. No exercício da escrita, os educandos eram provocados a praticar a escrita das notícias, esta por sua vez demandavam seguir um padrão de formalidade da qual não estavam habituados que exigiam habilidades diversas em alguns aspectos relacionados ao da fala sendo necessário conhecimentos prévios de organização de texto escrito articulado pela educadora de linguagem.

A elaboração desta pesquisa ainda proporcionou uma reflexão sobre os vários tipos de reformas implantadas repentinamente nas escolas e das limitações de ensino existentes no campo quando não há um comprometimento dos próprios sujeitos para uma mudança de atitude e reformulação de um novo jeito de mediar os conhecimentos.

Vale ressaltar que apesar das dificuldades, o ProInfo contribuiu para a promoção do ensino, pois, essa atividade específica não seria viável se não houvesse os equipamentos, porém, as falhas de operacionalização já citadas não permitiu alcançar melhores resultados.

Diante disso, as aulas do ProInfo, não tiveram continuidade nos anos seguintes, assim como as aulas de informática devido as falhas no funcionamento

dos computadores e o corte de pagamento da educadora para ministrar essas aulas, portanto, só funcionou no ano de 2015. Sob a elaboração do Jornal ainda teve continuação no ano de 2016 com a utilização dos computadores de alguns educadores o que não permitiu mesmo de forma limitada ao uso dos equipamentos por todos os educandos como era realizado em 2015.

Nesse estudo ficou evidente que o corpo de educadores convive constantemente com ações, erros, acertos, limitações... e, desta forma, faz e refaz suas práticas pedagógicas na medida que vão acontecendo, porém, acreditam no que desenvolvem partilhando das mesmas perspectivas.

E, enfim, confirmar que é possível uma “educação problematizadora” se houver contribuição da comunidade, mas, sobretudo, os educadores devem dar o primeiro passo para essa mudança no ensino, resistindo às inúmeras dificuldades para se constituir, utilizando as poucas possibilidades e recurso disponíveis.

Nesse sentido, as propostas curriculares da escola Nova Canaã através dos princípios de educação do campo demonstraram que é possível essa articulação, entretanto, os desafios para a materialização dessa proposta são obstáculos encontrados por esse percurso do ensinar- aprender que muitas das vezes não dependem somente da comunidade escolar e que precisam criar outras possibilidades para que de fato consigam desempenhar as atividades.

6- REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5ª Ed. Petrópolis; RJ. Vozes. 2013. P. 1- 374

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.300**, de 12 de dezembro de 2007, dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional- ProInfo. Disponível em: http://www.Planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Decreto/d6300.htm>acesso em 25/09/2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Programa Nacional de Informática na Educação. **Recomendações para a montagem de Laboratórios de Informática nas Escolas Rurais**. Brasília/ DF. Fevereiro 2008.

BRITO, L. P. L.. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Coleção ideias sobre Linguagem. Mercado de Letras. Campinas, SP. 2003. P. 1-58

CAGLIARI, L. C.. Leitura e alfabetização. IN: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Número 3. 1982, p. 06-20.

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Porto Alegre. 2015. P. 1- 22

COSTA, F. A. SCALABRIN, R.. **A Educação do Campo e Tecnologia: a Experiência do ProInfo na Escola Nova Canaã/ Jacundá- Pará**. IFPA. Mimeo. Marabá-PA. 2015. 22p. Trabalho de Especialização sob orientação da Prof. Rosemeire Scalabrin. Marabá. 2013. 68p.

COSTA. F. A.. **Limites e possibilidades da cadeia produtiva do leite na comunidade vila limão para a dinâmica de reprodução do campesinato local**. UFPA. Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação da Prof. Glaucia de Sousa Moreno no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Marabá. 2013. 68p.

FERREIRA, L. G. LIMA, D. F. Linguagem, Cultura e educação: concepções. IN: **Periódico de divulgação científica da FALS**. Revela. Ano I- nº 2- março 2008. P. 1-11.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987. p. 1-184

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo. Cortez, 1989.49p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 1-54.

FREITAS, M. T. Letramento digital e formação de professores. IN: **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V.26. n. 03. Dez. 2010. P. 335-352.

GERALDI, J. W.. Ensinar a ler e escrever numa sociedade de cultura oral. IN: **Dossiê** Práticas de letramento e ensino de línguas na educação básica. Revelli. v. 8 n.3. ISSN 1984-6576. Outubro/2016. p. 5-12.

GOODSON, I. F. **As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas**. 2ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes 2013. 166p.

HADDAD, S. Direito à Educação. IN: CALDART, Roseli S. (org) **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2012. P. 217- 224.

HAGE, S. A. M. **Educação do campo e transgressão do paradigma (multi) seriado nas escolas rurais**. Disponível em <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2569/1760>> acessado em 2014.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo no campesinato na Amazônia**. V.III. Belém: EDUFPA. Universitária UFPA. 2004. 359 p.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo no campesinato na Amazônia**. V.III. Belém: EDUFPA. Universitária UFPA. 2004b. 306 p.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. IN: **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo. Contexto. 2009. P. 131- 179.

MIRANDA, R. R. A materialização da Educação do Campo na Escola Nova Canaã. IN: RIBEIRO, N. B. ANJOS. M. P. d. (Orgs.) **Saberes e práticas de educadores e educadoras do campo**. Marabá, PA. Editorial Iguana. 2016. p. 245-267

MOLINA, M. C. FREITAS, H. C. A. Desafios e avanços na construção da Educação do Campo. IN: **Em aberto**. Brasília. V.24. n. 85. 2012. P. 17-31

MOLINA, M. C. HAGE, S. M. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. IN: **Revista Educação em Questão**. V. 51. N 37. Natal. Jan. /abr. 2015.P 121-146.

OSIAS, J. P. de A. Os gêneros orais como objeto de ensino. IN: **Revista eletrônica temática**. Ano VI, n. 08. Agosto/ 2010. P. 1-20

SILVA, M. do S. Da raiz a flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. IN: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. P. 60- 93.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte. Autentica. 2ª edição. 11ª reimpressão. 2007. 154p.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4ª ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte. 2010. P. 1- 128

LIMA, F. P. Experiências docentes no ProInfo rural orientadas por princípios da Educação do Campo. IN: RIBEIRO, N. B. ANJOS, P. dos. SILVA, M. C. V. da.(Orgs) **Educação do campo: pesquisa, experiência e formação**. São Carlos: Pedro & João Editores. 2019. P. 213- 230.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª edição, São Paulo: Cortez, 2011. 136p.